

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**O SIGNIFICADO DO ESTADO NOVO PARA A
REDEMOCRATIZAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE NO PÓS-45**

LUIZ JORGE FERREIRA DA SILVA

Natal/RN

2002 .1

LUIZ JORGE FERREIRA DA SILVA



**O SIGNIFICADO DO ESTADO NOVO PARA A
REDEMOCRATIZAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE NO PÓS-45**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela Professora Denise Mattos Monteiro, como conclusão do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Zoroastro Ramos Cardoso.

Natal/RN

2002

AGRADECIMENTOS

Ao meu amor à vida.

Ao professor Zoroastro Ramos Cardoso.

Aos demais professores do departamento, responsáveis por minha formação.

Aos amigos do Curso de História, em particular a Iranildo, que nos proporcionou tantos momentos agradáveis.

À minha família, especialmente à minha filha Jucyane.

Muito Obrigado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. O ESTADO NOVO EM LINHAS GERAIS.....	9
2.1 Brasil: o processo político.....	9
2.2 Os Aparatos ideológicos e legais do novo Estado nacional.....	15
2.3 Economia e Sociedade.....	20
3. O ESTADO NOVO REDEMOCRATIZA PARA SAIR DA CENA POLÍTICA.....	26
3.1 O Novo Regime e o poder: uma relação sem partidos.....	26
3.2 Redemocratização: e o povo brasileiro...onde fica?.....	30
3.3 Os “novos” partidos políticos: supremacia dual.....	34
4. O RIO GRANDE DO NORTE: ANTIDEMOCRÁTICO E/OU DEMOCRÁTICO.....	39
4.1 A elite potiguar, o Estado Novo e o poder: uma relação de partido.....	39
4.2 No caminho da redemocratização: ressurreição dos partidos políticos no RN.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6. FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	56

1 – INTRODUÇÃO

“Certos autores falando de seus trabalhos dizem: ‘Meu livro, meu comentário, minha história’; [...] Seria melhor que dissessem: ‘Nosso livro, nosso comentário, nossa história, etc...’ visto como em suas obras há mais bem alheio do que próprio.”

Blaise Pascal

Definir o tema proposto para este trabalho de pesquisa, a princípio nos trouxe, um pouco de angústia. Entretanto, o acesso a autores como, Thomas Skidmore e Edgar Carone, ou mesmo Leôncio Basbaum, ícones para o estudo de nosso trabalho, levou-nos não só a estudar o que definimos em nosso projeto de pesquisa, que foi analisar apenas o Estado Novo e sua importância para a política do Rio Grande do Norte, mas também, entender o seu significado para a Redemocratização, especialmente na ressurreição e rearticulação dos partidos políticos, tanto em nível nacional, quanto estadual.

É que quase sempre há uma certa insegurança em se fazer pesquisa, ainda mais, quando se trata de temas poucos estudados, ou omitidos pelos estudiosos, por representarem uma página em preto dos eventos históricos da humanidade. Foi esse obstáculo que nos levou à curiosidade de estudar o Estado Novo e seu legado para redemocratização no pós-45, especialmente, no que trata à rearticulação das organizações partidárias adormecidas pelo regime autoritário estadonovista.

Percebemos que a nossa pretensão em darmos mais ênfase ao Rio Grande do Norte, era ingênua, isso ao iniciar a pesquisa, pois como um aventureiro que vai à caça de um tesouro pensando em se deparar com grandes quantidades de ouro, verificamos que são escassos os estudos no Rio Grande do Norte, particularmente, no que se refere aos grupos partidários aliados do poder no o Estado Novo. Por isso, extrapolamos o recorte cronológico no projeto de pesquisa, na intenção de compreender melhor o nosso objeto de estudo. Ora, quem deseja levar adiante um estudo como este, deve naturalmente enveredar, assim como um aventureiro, por caminhos nem sempre tranquilos ou construídos, sendo tal empreendimento tarefa nem sempre fácil. Afinal, pesquisar acontecimentos e idéias de

forma clara e coerente, para realizar a análise pretendida, às vezes representa esforço apenas relativamente bem-sucedido.

Mesmo assim, pretendemos apresentar uma exposição ordenada e compreensível, não muito aquém ou muito menos além de nossa pretensão. Para tanto, lançamos mão de textos da mais variada espécie. Sabemos da importância dos documentos intitutados como fontes e não podemos utilizar o número de documentos primários que a pesquisa requer. Por isso, a presente pesquisa está direcionada mais à análise bibliográfica de obras voltadas para o assunto em questão, em geral produzidas ou orientadas por estudiosos comprometidos com a produção científica do conhecimento.

É importante dizer que, em inúmeras oportunidades, apelamos para citações às vezes amplas. Longe de se elaborar uma montagem de textos, o que pretendemos é a busca do vigor à este trabalho de pesquisa, permitindo que estudiosos significativos se apresentem durante a evolução deste estudo.

Em nível de Brasil, há uma quantidade significativa de obras bibliográficas para o apoio ao presente trabalho e, como base traremos à baila clássicos que versam sobre o período estudado, elaborados por Thomas Skidmore, Edgar Carone, Leôncio Bausbaum e Pedro Calmon, que analisam o Estado Novo e a Redemocratização de forma a explicitar o universo político em suas mais variadas transformações no processo histórico.

Ao estudarmos o Rio Grande do Norte, verificamos uma certa deficiência de análise do período em proposição a ser superada, particularmente, quando se trata do Estado Novo, percebemos estudos tímidos. Ou se pesquisou bastante os anos anteriores: de 1930 a 1935, marco da Revolução de 30 e a Intentona Comunista, ou os anos em que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial e logo em seguida o início da Redemocratização, ou seja, de 1944 a 1947, quando Dutra Assumiu o poder.

O universo dessa exposição cinge-se ao período compreendido entre 1937 e 1947, o início porque nos mostra a consolidação de um processo político começado com o rompimento da política oligárquica em 1930, dando as vestes de um novo regime por meio de “golpe branco” que criou o Estado Novo, com todo o seu poder emblemático, preconizando a unidade nacional de forma autoritária na pessoa do Chefe de Estado em modelo copiado dos regimes autoritários europeus.

Nesse novo regime emerge uma nova interpretação da Democracia, em que se passou a repudiar a representação partidária, especialmente, a vertente comunista e simpatizantes, a grande antagonista do então Estado Novo. Houve, então toda uma

transformação do quadro político brasileiro, como também, um novo jeito caudilhesco, liderado por Getúlio Vargas, em fazer e praticar política, seja ela, social-econômica ou cultural.

Era a chamada Democracia coletiva, em que o país era *nação e povo*, o homem era avaliado sem a permissividade da liberal-democracia, e sendo povo brasileiro incauto para as decisões efetivas, seriam intermediados, não pelos representantes político-partidários e, sim pelo Chefe da Nação.

Foram os tempos das liberdades cerceadas com a censura da liberdade de expressão controlada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que teve suas ramificações em todos os Estados brasileiros, os famosos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP), afora a grande repressão policial, tanto a nível nacional, quanto estadual

Esse foi o caráter marcante da política no período autoritário, em que a unidade nacional não permitia a soberania dos Estados, isto evidente na Carta Constitucional com forte dose fascista. Segui-se nesse momento, um pouco da ideologia pregada pelos regimes autoritários europeus, isto é, o nazi-fascismo.

Os limites eram visíveis, tal como, a não aceitação de um partido único brasileiro e, sim a extinção dos mesmos, para dar espaço apenas a figura solitária do dono da nação. Essas limitações ficaram mais acentuadas quando o governo do Estado Novo teve que deixar os dribles diplomáticos à parte, e entrar na luta ao lado dos Estados Unidos contra os países do Eixo no Segundo Conflito Internacional. Alias esse seria o grande paradoxo do governo estadonovista do Brasil, que, exercendo um autoritarismo antidemocrático no país lutava com os aliados contra regimes autoritários que sucumbiram aos aliados na Segunda metade da década de 40 do século XX. Pois: *Aderindo à guerra ao lado dos governos democráticos, Vargas deixava transparecer mais uma contradição. Era um ditador combatendo as ditaduras de outros países.*¹

Entretanto, a vontade da volta à Democracia ao Brasil já esboçara seus primeiros sinais no início de 1945, é que o Estado Novo já não mais cabia para a realidade nacional diante das transformações internas e externas no contexto histórico. Foram os tempos da redemocratização, os partidos políticos ressuscitam para o cenário político nacional.

¹D'ARAÚJO, Maria Celina. *A era Vargas*, p. 30.

Um quadro aparentemente cristalino se apresentou no Brasil, neste segundo período do nosso estudo, entretanto, a tão esperada Democracia, particularmente a representativa, voltou com os mesmos atores políticos e sociais, ou seja, os dominantes e os dominados.

As velhas práticas políticas retornam à cena política, os grupos dominantes que estavam em estado latente, voltam com as mesmas relações político-social, em que só aqueles que pertence ao ciclo fez parte do bojo do poder. Não sendo interesse desses grupos dominantes o abandono do aparelho ideológico-administrativo do Estado Novo, eram os limites e o preço da redemocratização.

Diante disso, encontramos aquilo que seria a espinha dorsal de nosso trabalho atual, portanto, pretendemos analisar os dois momentos que, ora sintetizamos, em três capítulos no presente trabalho, procurando identificar o significado do Estado Novo, que é o nosso primeiro momento, no processo de redemocratização para a rearticulação dos partidos políticos ressurgidos com a volta da Democracia Representativa, tanto a nível federal, como local, destacando o Rio Grande do Norte.

Em nosso primeiro capítulo mostraremos a importância da Revolução de 30 para o entendimento da consolidação do Estado Novo, que chega para o Brasil em consonância com o contexto internacional, particularmente, o europeu, com a ascensão dos regimes autoritários nazi-fascista de Hitler e Mussoline.

As subdivisões desse capítulo mostrarão a importância dos aparatos políticos e legais do Estado Novo, dando ênfase à Carta Constitucional de 37, cognominada de “a polaca”, e seus reflexos para a sociedade brasileira, alijada do poder, principalmente a população rural. ←

O segundo capítulo retomará alguns aspectos do Estado Novo e sua relação sem partidos, ou seja, a sua sustentação sem a intermediação das organizações político-partidárias, que deu origem a um novo sistema político no país. Isto para melhor compreensão do processo de redemocratização, em que o Brasil testemunhou a ressurreição dos partidos políticos.

Mostraremos nesse capítulo os limites da redemocratização que contaminou o país com uma certeza aparente da volta as liberdades e, principalmente a reintegração da Democracia Representativa. Esta que comportou uma supremacia apenas de dois partidos, assemelhando-se às organizações político-partidárias antes do Estado Novo. A legadade

que voltou manteve consigo velhos mecanismos do Estado Novo para também assumir um papel excludente no Brasil.

Nosso terceiro capítulo será uma tentativa de analisar esse processo político nacional, no Rio Grande do Norte, que aparentemente irrelevante para o governo federal, sempre atuou como sócio em escala menor, junto ao poder central esteve na cena política para poder sustentar as elites dominantes do Estado, praticando também a dualidade político-partidária no jogo político para ter acesso e manter o poder.

2 – O ESTADO NOVO EM LINHAS GERAIS

2.1 – Brasil: o processo político

O 10 de novembro de 1937 foi marcante na vida do povo brasileiro e, perdurou até 29 de outubro de 1945. Aquele dia, para muitos seria como outro qualquer, mas um pequeno grupo articulava há muito a consolidação de um golpe que transformaria a rotina do país. E, mais uma vez, em menos de uma década, havia um novo golpe no ar. Nele se afirma a personalidade do então Presidente Constitucional Getúlio Vargas, que o preparara lenta e meticulosamente desde a ruptura com o antigo regime político em 1930.²

Tal acontecimento não foi uma surpresa; foi apenas a consolidação de um processo de centralização do poder e caminhada rumo à ditadura, que desenrolava-se já havia dois anos, ano da Revolução de 1935, isto numa interpretação de que a intentona comunista foi o que faltava para a justificativa imediata para o golpe, como também desde que a Assembléia Nacional dera ao então presidente, Getúlio Vargas, poderes especiais para combater a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Pois, talvez, daí tenha germinado seus planos de continuísmo.³

Aquele início de novembro de 1937, foi apenas o ápice de uma série de acontecimentos que tinham causas muito mais profundas. A principal delas era a heterogeneidade política das forças que tomaram o poder na revolução de 30, e que agora debatiam-se em campanha presidencial, nas eleições marcadas para 1938. Os candidatos surgidos eram profundamente diferentes entre si: com a perseguição ao partido comunista, surge apenas um candidato com fortes cores ideológicas: Plínio Salgado - pelo Partido Integralista - mas a verdadeira disputa dava-se entre o governador paulista Armando de Salles, representando a elite de seu Estado São Paulo, que nunca estivera de acordo com o governo getulista e que agora desejava voltar ao poder; e José Américo de Almeida, o pseudo-candidato lançado pelo governo.⁴

Pseudo-candidato, sim! Porque nos bastidores do cenário iluminado do que viria ser o próximo pleito eleitoral, Getúlio Vargas e seus, digamos aliados, criavam e

² IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil*, p. 246.

³ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*, p. 88.

⁴ Ibid.

plantavam as sementes do que seriam o Estado Novo. O velho caudilho via com desprezo a campanha política que se desenrolava, como bem declara Edgar Carone:

*“Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política, nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformada em irrisória competição de grupos (...) chefes de governo locais, capitaneando desassossegos e oportunismos, transformaram-se, de um dia para o outro, à revelia da vontade popular, em centros de decisão política, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do país, na sua significação coletiva, fosse simples convencionalismo, destinado a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano. Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade da pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil”.*⁵



Embora aparentemente desinteressado pelo desdobramento da política, no que se referia à campanha presidencial, Getúlio Vargas passou a manipular os grupos políticos para tentar manter-se no poder, como afirma Thomas Skidmore:

*“Durante o primeiro semestre de 1937, Vargas pôs em prática um duplo estratagema por uma lado, parecia cooperar com os preparativos para a campanha presidencial, negociando com líderes estaduais; contudo, ao mesmo tempo, trabalhava por isolar os mais refratários entre os mesmos”.*⁶

Em princípio, no seu estado de origem, o Rio Grande do Sul, onde anulou aquelas forças (lideradas por Flores da Cunha) que, por ventura, viessem a opor-se a ele, o

⁵ VARGAS apud CARONE, Edgar, A Terceira República, p. 09 -10.

⁶ SKIDMORE, Thomas, Brasil: de Getúlio a Castelo, p. 46.

que faria, posteriormente, em cada estado, procurando enfraquecer os governadores que pudessem resisti-lo; depois, envia o deputado Negrão de Lima para sondar a possível aceitação deles ao golpe, e todos - com exceção dos de Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia - mostravam-se abertos à nova ordem. Junto com os ideólogos do futuro regime⁷ planejava a teoria política e o *modus operandi*, engendrava-se o Estado Novo. Coube a Francisco Campos elaborar a Constituição do novo Estado Nacional, com óbvias inspirações nas Cartas de regimes totalitários, como o de Mussolini, na Itália, e o do General Pilsudski, na Polônia (oficialmente, é dito que o apelido da constituição, *A Polaca*, foi devido à influência polonesa, mas também foi cogitado o fato de “polaca” ser sinônimo de prostituta, no Rio de Janeiro).⁸

Com toda a máquina política montada, faltava ainda o subterfúgio para o golpe, se ele não existe, vamos criá-lo, surge então a figura de um certo Capitão Olímpio Mourão Filho. E foi assim que ocorreu:

*“Para a decretação do estado de guerra (em plena paz...) contribuíra um curioso e lastimável episódio, que passou à História com o título de ‘plano Cohen’. Refere-se-lhe, como a uma falsificação irrisória, o General Góis. Nem há dúvida que foi uma burla novelesca em que, num enredo complicado de equívocos, o papel hipotético, concebido como um possível plano de agressão comunista assinado por... Bela Kuhn, transitou sigilosamente nos gabinetes civis e militares, até ser dado à imprensa e considerado, com seriedade, uma prova da ameaça grave que pesava sobre o regime”.*⁹

Construiu-se, então, o cenário para tomar o poder e, assim percebemos o maquiavélico estilo político de Vargas, pois em cinco de outubro já era espalhada a notícia de que as eleições presidenciais seriam suspensas e a Constituição anulada. Em 10 de novembro, os jornais circulavam com a nova Carta, que era o carro chefe de teor jurídico-ideológico, e como justificativa ao golpe:

⁷ CARONE, Edgar, *O Estado Novo (1937-1945)*, p. 254.

⁸ PENNA, Lincoln de Abreu, *República Brasileira*, p. 190.

⁹ CALMON, Pedro. *História do Brasil*, p. 2304.

*“O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Atendendo às legais aspirações do povo brasileiro à paz política e social, perturbada por conhecidos fatores de desordem(...) tendentes, pelo seu desenvolvimento, natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a nação sob a funesta iminência da guerra civil;(...) ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, exigindo remédios de caráter radical e permanente (...)Com o apoio das forças armadas e cedendo às aspirações da opinião nacional (...) resolve assegurar à Nação a sua unidade , o respeito à sua honra, e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, seu bem-estar e à sua prosperidade”.*¹⁰

Assim sendo, as classes dominantes que estavam no poder desde a Revolução de Trinta finalizam seu serviço, e a última esperança do caminho de volta à democracia foi expurgada da política brasileira, que demoraria muito a voltar. Edgar Carone resume muito bem o que foram os últimos dias de democracia no Brasil:

*“As condições objetivas e psicológicas do golpe branco já vêm sendo elaboradas entre 1935 e 1937. As classes dirigentes brasileiras forçam continuamente a existência de um perigo comunista. Antiliberais e autoritárias, o que pretendem é acabar com qualquer laivo de democracia, de representação popular. A abertura política, consequência da revolução de 1930, é vista como um erro a ser sanado”.*¹¹

Podemos entender o Golpe de 10 novembro de 1937 como uma disputa entre aqueles grupos que, em 1930, haviam arrancado o governo das mãos das oligarquias rurais¹²; estas últimas, haviam perdido apenas o comando do executivo, mas não seu poder

¹⁰ D'ARAÚJO. Op. cit., p. 68.

¹¹ CARONE. Op. cit., p. 07.

¹² Ou como bem colocou Lourdes Sola, “a instauração do Estado Novo apareça como um golpe de elites político-militares contra elites político-econômicas”. SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em Perspectiva, p. 258.

político, tal como o legislativo, por exemplo, que ainda era largamente composto por seus representantes¹³; e os industriais, pois não podemos esquecer que a Revolução de 1930 foi burguesa, representavam a burguesia, na qual tinham, enquanto classe, restrito acesso às grandes decisões¹⁴.

Daí, entendemos que o golpe foi fruto de um conjunto complexo de situações que vinha tomando forma desde a década de trinta; e vários eram os grupos interessados num governo forte. As forças armadas que, nessa época era representada pelo exército, foram um aliado e fator decisivo para o sucesso do Estado Novo¹⁵; a cúpula militar, percebendo a iminência da guerra que estouraria nos idos de 1939, ou seja, dois anos depois, apoia Vargas, celebrando a velha doutrina da “Segurança Nacional”, que significava a igualmente válida para o combate ao Partido Comunista, e por outro lado, via-se o regime autocrático como um modo de fortalecer as Forças Armadas, que seriam a base do novo Estado nacional, traduzida no seguinte lema: “*Um Estado Forte com Exército Forte*”¹⁶. Mas seria errôneo pensar que apenas os altos escalões eram receptivos ao regime de força autocrática; nos baixos escalões, formados por remanescentes do tenentismo, um regime mais centralizado seria a chave para o desenvolvimento nacional e autonomia econômica, haja vista, os exemplos da Itália e Alemanha, nações que haviam vencido a submissão aos estrangeiros apelando para regimes ditatoriais.

Vale ressaltar que, não obstante, também muitos civis estavam interessados num regime forte; era notório que a Revolução de Trinta não trouxera às classes urbanas o poder político que esperavam, que continuou nas mãos da oligarquia rural, pois, mesmo com o progresso urbano, o Brasil continuava ruralizado, como mostra o quadro estatístico:

¹³ O golpe “significa a derrota de um Legislativo, composto em boa parte por representantes das oligarquias rurais, velhas e novas”. Ibid.

¹⁴ “fraca intervenção dos industriais no jogo do poder, seu reduzido acesso - como classe - aos principais centros de decisão”. Ibid., p. 263.

¹⁵ “O que dava força política a esse projeto era o fato de ser defendido com insistência pelas forças armadas, e que envolvia praticamente todos os seus escalões”. Ibid.

¹⁶ Ibid., p. 265.

suprimir
sublinhado }

Populações urbana e rural do Brasil, percentagem sobre a total (1940 – 1950)		
	1940	1950
Urbana	31,23	36,16
Rural	68,76	63,84

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE.¹⁷

Por isso, os ditos civis não se opuseram à instauração do Estado Novo: é que, para eles, era mais uma oportunidade de atingir seus objetivos, e não podia ser, mais uma vez, desprezada, de acordo com o entendimento de Thomas Skidmore:

*“a maior parte dos que receberam de bom grado o fim da República Velha em 1930 esperava por um Brasil mais centralizado. Isso era particularmente verdadeiro com relação às classes urbanas, que não haviam conseguido obter, da elite política dominada pela agricultura, aquilo que elas consideravam como seu direito de representação política. Tanto os constitucionalistas liberais quanto os tenentes, sabiam que seus propósitos tinham maiores perspectivas de sucesso sob um regime federal mais forte. Se se chegasse a uma escolha entre a anarquia e a autocracia, um número surpreendentemente grande de revolucionários de 30 optaria de bom grado pela última solução, ao menos implicitamente. Na realidade, eles não estavam com vontade de lutar contra a ditadura, sem primeiro ver o que esta podia conseguir”.*¹⁸

É importante dizer que dentre os que apoiavam o novo regime contava também a Igreja Católica, que compôs a seu modo a construção dos ideais estadonovistas, como explicou Filinto Müller, chefe da segurança do governo, em carta a Vargas: “D. Leme [arcebispo do Rio de Janeiro] determinou imediatamente a todas as congregações e

¹⁷ D'ARAÚJO. Op. cit., p. 69.

¹⁸ SKIDMORE. Op. cit., p. 57-58.

*ao clero que fosse feita por ocasião dos sermões severas recomendações a todos os fiéis no sentido do acatamento e da obediência às autoridades constituídas”.*¹⁹

Se percebe que o objetivo, como nos passam os estudiosos daquele evento histórico, que o 10 de novembro de 1937 passou como um dia comum ao povo brasileiro; no Rio de Janeiro, nem o comércio fechou as portas e, à noite, o presidente foi a um jantar na Embaixada Argentina, Pedro Calmon mostra essa normalidade em relação ao novo regime, através de uma comunicação de Dutra aos militares:

*“Em telegrama-circular informou o General Dutra às circunscrições militares que a transformação do regime se operara sem alteração da tranqüilidade geral. A cidade aliás podia testemunhar: nem o comércio cerrou as portas... Resultado inevitável de dois anos de governo pessoal, de submissão do Parlamento, de descrédito e confusão partidária, de avanços e recuos da ditadura em potencial, o desfecho não surpreendeu: era esperado, chegou discretamente” (...) “Distante, como alheio ao que se passava, o povo não participou das ocorrências. Leu-as nos jornais”.*²⁰

Verificamos que, tal aceitação ao novo Estado nacional, implicaria nas mudanças radicais advindas do novo Estado instituído, mesmo ainda não sentidas nos primeiros momentos, iriam mudar profundamente a rotina, especialmente, o sistema político do Brasil.

2.2 – Os aparatos ideológicos e legais do Novo Estado

Oficialmente a política brasileira passou a ser explicitamente inspirada no nazi-fascismo europeu; entretanto, tal entendimento não necessariamente seria verdade, pois classificá-la como tal parece-nos um equívoco. Pelo contrário, era ‘apenas’ um regime autoritário, em vários sentidos dessemelhante aos regimes totalitários do Velho Mundo. Pedro Calmon, assim interpreta o Estado Novo: *“Fascismo no papel, sem bandeiras nem tropa; pseudototalitarismo sem estrondos festivos, reduzido à propaganda uníssona do*

¹⁹ Ibid., p. 16.

²⁰ CALMON. Op. cit., p. 2305.

chefe do Estado(...) novo, que, do regime anterior, trazia costumes, pessoal e instituições, é claro que não devia classificar-se entre as formas nacionalistas na época".²¹ Na verdade, o regime instituído em 37 jamais apresentou-se em formas filosóficas, com doutrinas ou teóricos, o que permitiu que o governo fosse composto das mais diversas facções políticas, Como coloca Carone, corroborando a afirmação de Calmon:

"Getúlio Vargas sempre foi partidário de um governo anti-democrático e autoritário. No entanto, nunca o Estado Novo foi um Estado fascista, apesar da existência constitucional do sistema Corporativo. Esta dubiedade é característica do sistema imposto em 10 de novembro de 1937: sua composição partidária é a mais extensa possível, havendo apoios de burgueses liberais e conservadores - civis e do Exército - , e nunca de pessoas direitistas e fascistas propriamente dito".²²

Isto diferia em muito das bases dos estados fascistas europeus, compostos sempre por fascistas. Na verdade, nestes estados, não ser fascista era (quase) proibido, numa dominação da vida privada que nunca chegou a suceder no Estado Novo, no qual sequer foi desenvolvido um partido do governo que representasse o Estado Novo, pois, seu símbolo era justamente a falta de partidos, como nos informa Thomas Skidmore:

"É importante compreender que, ao contrário dos seus mentores europeus em matéria de fascismo, Vargas não organizou nenhum movimento político para nele basear seu regime autocrático. Não havia partido de Vargas, movimento do Estado Novo, nem quadros governamentais na sociedade brasileira".²³

O grande objetivo, aparente, do regime estadonovista era acabar com as divisões internas da sociedade brasileira. Por isso, era necessário uma intervenção profunda do poder estatal, que haveria de agir como um cimento, que devia cobrir e

²¹ Ibid., p. 2310.

²² CARONE. Op. cit., p. 55.

²³ SKIDMORE. Op. cit., p. 53.

unificar a ânfora rachada que era o Brasil de então. Para alcançar o objetivo, os meios não eram considerados e, sim o todo caracterizado na imensidão nacional.

O Estado Novo se configurava absolutista, até mesmo anteriormente a regulamentação legal das relações entre o plano do Governo Central e os Estados, com isso sua ação jurídico-política ia de encontro a qualquer forma de autonomia anterior, pois, o que passou a existir, foi a subordinação ao poder central, atropelando as antigas liberdades federativas, particularmente, as articulações políticas entre os Estados e o Governo Federal, calcadas na influência das oligarquias locais que tinham forte poder no jogo político do país. O novo sistema político trazia à cena política, novas relações, em que passava a existir uma certa subserviência dos Estados ao Gestor da Nação.²⁴

Nessa atmosfera política, a própria prática partidária era tida como letal ao projeto político do novo regime; por isso, o governo decreta uma 'democracia real' (voltada para o homem real), diretamente entre estado e povo, sem a intervenção dos partidos²⁵; tal sorte de prática política teria reflexos na maior parte dos estados.

Nessa exposição, podemos verificar as linhas gerais da política do Estado Novo: a sociedade harmônica e cooperativa sombreada pela figura forte do chefe da nação; novas vestes para o desenvolvimento, puramente nacional e por isso mesmo sem dever ou responder a nenhuma potência estrangeira, deslindando mais uma importante característica, o nacionalismo, reforçado muitas vezes com um pan-americanismo; o Estado Novo era, antes de tudo, generalidade, posto que as divisões internas da sociedade (estados, classes, status social, partidos) desapareciam ante o brilho ofuscante e dominador da nova ordem.

O principal e aparente objetivo era unificar a nação em torno de um ideal maior. Ao contrário das doutrinas totalitárias da época (o fascismo e o nazismo), o Estado Novo não colocava o Estado como fim último de sua ação; este lugar era ocupado pela sociedade em si: ela devia soerguer-se, anular as divisões internas, fazer-se grande e, como consequência, fazer uma grande nação.

²⁴ Ibid., p. 24-25.

²⁵ "Considerando que o novo regime, fundado em nome da Nação para atender às suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público" (Decreto de 2/XII/37 sobre o fim dos partidos, In: CARONE. Op. cit., p. 27).

de via
estar
no
corpo
do texto
& não no
rodapé

O instrumento legal da centralização do Estado Novo era a “Polaca”, a constituição importada, ou antes a cafetina dos políticos estadonovistas: outorgada no mesmo dia do golpe e preparada dias antes dele, consubstanciou e deu coerência a várias práticas e instituições que foram tomando forma entre 1930 e 1937²⁶. Segundo Bóris Fausto, o segredo da Carta estava “nas ‘disposições finais e transitórias’”²⁷ - sua ‘Face Calibã’ - que colocava nas mãos do presidente os poderes totais do executivo e do legislativo - em todo o país. Os Estados, por exemplo, estavam passíveis de intervenção:

*“Art. 9º O Governo Federal intervirá nos Estados, mediante a nomeação, pelo Presidente da República, de um Interventor, que assumirá no Estado as funções que, pela sua Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da república (...) b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo”.*²⁸

A Constituição é cheia de exceções, que garantem o policiamento da vida pública do cidadão: por exemplo, o inciso IX do artigo 122, “Dos Direitos e Garantias Individuais”, assegura a liberdade de expressão, “ desde que seus fins não sejam contrários à lei penal e aos bons costumes”²⁹, ou o inciso X, do mesmo artigo, que garante o direito a reuniões pacíficas e públicas, mas “As reuniões a céu aberto podem ser submetidas à formaliza da declaração, podendo ser interditas em caso de perigo imediato para a segurança pública”³⁰. Havia ainda uma Legislação Adicional, a exemplo do Decreto-Lei nº 1.202 - de 08 de abril de 1939, que estabelecia a competência exclusiva da presidência: “Terão a sua vigência condicionada à aprovação do Presidente da República os decretos-lei que dispuserem, no todo ou em parte”³¹. Quase toda a vida nacional, cuidadosamente enumerada em vinte e três itens dessa legislação.

²⁶ FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*, p. 365.

²⁷ Ibid.

²⁸ Constituição de 1937 apud CARONE. Op. cit., p. 144.

²⁹ BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*, p. 292.1.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

Para compreender melhor o que a Carta Magna de 37 significou para o Estado Novo, basta tomar o depoimento de Marcondes Filho: “A Constituição de 10 de novembro veio para aprimorar conceitos e melhorar as instituições”.³² Noutras palavras: era o acabamento de um regime a instituir-se.

De outra forma, a centralização de poder atendia às necessidades de modernização do país. Quando da Constituição de 1891, a primeira republicana, que ao findar com o que se achava o excesso de centralização imperial; por isso, fragmentou-se o poder do Estado, e mesmo áreas como educação e saúde ficaram fora da alçada federal; isso deu aos senhores rurais, poder a mais do que eles já tinham. Para a burguesia urbana, era vital que esse poder fosse quebrado, e a melhor forma era centralizando as obrigações administrativas no âmbito federal. Ora, como passaria a ser entendido o conceito de Estado, para atender as aspirações desse grupo – bem nos esclarece Francisco Corci:

*“O discurso nacionalista, centrado no problema da unidade nacional, procurava, de um lado, justificar o processo de centralização do poder em curso desde 1930, pela necessidade de consolidar a nação. Os defensores dessa visão identificavam Estado, nação e povo como uma entidade única. Dessa maneira, construir um Estado verdadeiramente nacional (...), que segundo eles ainda não existia, seria o mesmo que consolidar a nação”.*³³

Essa filosofia chocava-se de frente com a concepção de Estado vigente na época, o Estado policial passaria a ser ativo tanto na economia quanto na política³⁴, e isto é conseguido de duas formas: primeiramente, acumulando funções antes exercidas pelos governos locais, centralizando no Rio de Janeiro quase toda decisão importante; por outro lado, Vargas expande o campo de ação criando novas áreas de controle, como, por exemplo, a imprensa e a propaganda, o que faz crescer ainda mais a máquina federal, em detrimento das demais esferas de poder. Desta forma, o Brasil punha a pá de barro no túmulo do liberalismo radical, que começara a ser enterrado em 1930, assim nos explica Thomas Skidmore:

³² Marcondes Filho Apud CARONE. Op. cit., p. 93.

³³ CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo*, p. 76-77.

³⁴ SKIDMORE. Op. cit., p. 53.

*“o segundo método pelo qual cresceu a predominância administrativa federal: a atividade em novas áreas. A era de Vargas viu, no Brasil, um repúdio da teoria do ‘gendarme’, segundo a qual o Estado deveria ser um policial, não um participante. A crescente intervenção federal, notadamente na economia, requeria novos órgãos federais, os quais, em retorno, enfraqueciam ainda mais o poder relativo dos Estados e municípios (...) nesse sistema, as influências regionais só se poderiam efetivar através dos canais do governo central”.*³⁵

Mas não se deve pensar que a opção por um regime de força tenha sido algo próprio do Brasil: nesta época, a democracia liberal passava pela sua mais séria crise posto que fora considerada incapaz de prever ou sair da grande crise mundial originada no *crack* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929³⁶. E, aparentemente, os países que haviam renunciado a ela, estavam desvencilhando-se mais facilmente (como a União Soviética, à primeira vista imune à crise, ou a Itália e a Alemanha, totalitárias, que tornavam-se potências) do que aqueles que continuavam democráticos (como os EUA e a Grã-Bretanha, em graves problemas, ou a França, enfraquecida interna e externamente, retratada pelos jornais da época como indefesamente dividida em lutas políticas, enquanto o inimigo alemão batia à porta).

2.3 – Economia e Sociedade

Economicamente, é um dos períodos mais conturbados da nossa História recente, haja vista um complexo de articulações internas e externas, especialmente próximo e no primeiro momento da II Guerra Mundial :

“tirando os dois primeiros anos do Estado Novo, os outros são de graves dificuldades e problemas. A interrupção dos suprimentos externos, a inflação, a maior demanda de produtos e outras questões, povoam a imaginação de todos; antevendo dificuldades e pretendendo mudar o sentido de dependência da nossa economia,

³⁵ Ibid., p. 56.

³⁶ HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos*, p. 254.

o governo começa a tomar medidas nacionalizadoras desde 1938".³⁷

Até 1938, Brasil e Alemanha mantêm um intenso comércio, que passa a ser o principal parceiro comercial brasileiro em terras européias, tirando o lugar do Reino Unido, e à despeito da pressão diplomática americana no sentido de reverter essa situação, o comércio entre as duas ditaduras permanece inalterado. O Brasil aproveita-se do momento internacional para comerciar com ambas as potências, e havia esperanças na Alemanha, e temores nos EUA, que o Brasil se tornasse mais um país fascista, o que não estava nos planos das 'hostes' governamentais: poderiam até comerciar com países do Eixo, "*mas sem se desprender (com a defensiva prudência do seu instinto de duração) da solidariedade americana*",³⁸ pois nesse momento o Brasil tinha grande dependência econômica com os EUA.

A crise do comércio exterior brasileiro, que já vinha se arrastando desde o *crack* da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e dera sinais de diminuição nos anos 30, cresce devido a perda de mercados antes cativos. Por um lado, os países, envolvidos no esforço de guerra, não compram mais os produtos brasileiros; por outro, as importações e as entradas de capitais igualmente se reduzem, atrapalhando o próprio desenvolvimento interno. A situação só começa a melhorar em 1941, quando vários fatores auxiliam as trocas externas: o Brasil passa a suprir mercados antes dominados pelos EUA e pelo Reino Unido, que estavam envolvidos no esforço de guerra; os britânicos também fazem compras maciças de carne e algodão, e os preços do café são estabilizados graças a acordos internacionais³⁹.

A questão da borracha é um caso à parte: depois da declaração de guerra nipo-americana, os seringais do extremo oriente são fechados aos aliados, e o Brasil passa a ser o único fornecedor disponível do produto; em vista desse novo momento, o desprezo dado ao setor nos anos 30 é substituído, de 1940 em diante, por várias medidas de incentivo⁴⁰. Contudo, "*este aumento das exportações resultou, em vista da escassez crônica de importações, em considerável expansão dos saldos na balança comercial que*

³⁷ CARONE. Op. cit., p. 3.

³⁸ CALMON. Op. cit., p. 2314.

³⁹ ABREU, Marcelo de P. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de(Dir.). *História da Civilização Brasileira*, p. 41.

⁴⁰ CARONE. Op. cit., p. 280.

*se constituiu em fonte importante, mas não exclusiva, do explosivo processo inflacionário que caracterizou o período de guerra”.*⁴¹

Tendo em vista a quase total impossibilidade, devido à guerra, da importação de manufaturados e, principalmente, de bens de capital, o Estado Novo inicia um robusto programa de industrialização; e um velho projeto é retomado: a siderurgia. De início, tentou-se concretizar-se com o capital privado estrangeiro e nacional conjugados; entretanto os acordos não progrediram, e o Estado tomou para si a tarefa de construir o parque siderúrgico nacional, na cidade de Volta Redonda. Edgar Carone, assim, explica:

*“até 1937, várias comissões estudam a viabilidade de uma siderurgia moderna. Com o Estado Novo, passa-se do plano para a concretização da idéia: depois do fracasso dos entendimentos com a United State Steel (1938 - 1939), do namoro com a Krupp alemã, a guerra obriga o governo a abandonar seus planos de uma Usina particular. Desta maneira, o Estado Novo é obrigado a se encarregar de construir Volta Redonda, já que o capitalismo brasileiro não tem condições financeiras e técnicas para liderar a iniciativa.”.*⁴²

Os índices de produção industrial demonstram o sucesso do programa: *“enquanto entre 1939 e 1942 a produção industrial cresceu 3,9% ao ano, entre 1942 e 1945, quando a escassez de insumos e de bens de capital tornou-se séria, a taxa média de crescimento foi de 9,4%, comparável à que se verificou entre 1932 e 1939”.*⁴³ Em 1942, com a entrada do Brasil na guerra, são feitos acordos, principalmente com os EUA, que tendem a favorecer a produção industrial, e também se dá uma entrada de capitais americanos, o que injeta nova vida à economia brasileira. Contudo, os índices inflacionários permaneciam altos, situação que não mudaria até 1945 e que seria uma das causas da queda do Estado Novo.

Socialmente, foi uma época de grandes transformações para a população brasileira:

⁴¹ ABREU. Op. cit., p. 41.

⁴² CARONE. Op. cit., p. 185.

⁴³ ABREU. Op. cit., p. 42.



ANO	POPULAÇÃO	Parcela do crescimento anual devido ao crescimento vegetativo	Parcela do crescimento anual devido à imigração
1940	40 165 289	2,32	0,02
1950	51 151 629	3,17	--

Como demonstra o gráfico⁴⁴, a população brasileira teve um grande acréscimo durante o período do Estado Novo, que manteve os índices de crescimento verificados desde o início do século. Estes números são devidos à permanência da taxa de natalidade em patamares estáveis e à queda das taxas de mortalidade⁴⁵. Tais índices permitem um grande fluxo migratório das regiões econômicas periféricas (Norte, Nordeste, Leste) para aquela que tornava-se o foco econômico da economia nacional: a região Sudeste-Sul, como esclarece Neide Patarra:

*“A região Centro Sul passou a constituir a ponta de lança da indústria e da agricultura mais desenvolvidas, passando, à medida que o mercado nacional se unificava, a debilitar essas atividades em outras regiões do país - Nordeste, extremo Sul e Norte (...) “esse processo é acompanhado de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, fornece mão-de-obra para as áreas de concentração do desenvolvimento econômico, o que só foi possível porque o crescimento vegetativo da população se acelerou consideravelmente. A dinâmica populacional brasileira caracterizou-se, após 30, por um forte crescimento vegetativo e ampla migração interna, a qual teve o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, com mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em amplos recursos naturais e na extrema pobreza da população rural”.*⁴⁶

⁴⁴ PATARRA, Neide L. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de(Dir.). *História da Civilização Brasileira*, p. 256.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid., p. 255.

Mas não poderíamos falar da sociedade brasileira desta época sem mencionar o surgimento dos direitos trabalhistas. Estes eram uma luta antiga dos operários, que Vargas teve a elasticidade de visão de entender naquele momento. Logo nos primeiros anos do Estado Novo, instituí vários direitos reivindicados há muito pelos trabalhadores. Era, sem dúvida, um avanço na questão do trabalho; contudo, Vargas ganhava para si o apoio de uma classe importante (os operários urbanos), e que marcharia pelo Estado Novo várias vezes; da mesma forma, a atividade política dos trabalhadores era agora capitaneada pelo Estado, e as reformas sociais um “presente” do Estado Novo, que segundo Lourdes Sola:

“Sob a hegemonia do Estado instaurou-se, definitivamente, nessa fase, a legislação que regulava as relações entre operários e trabalhadores urbanos, de um lado, e de outro, os patrões (...) ‘entre os direitos recém-adquiridos pelo proletariado e pelos trabalhadores no comércio, incluíram-se: jornada de trabalho de 8 horas, férias remuneradas, estabilidade no emprego, indenização por dispensa sem justa causa, convenção coletiva de trabalho, a regulamentação do trabalho das mulheres e menores, os Institutos de Aposentadorias e Pensões, que garantiam assistência àqueles grupos (...) Todas essas medidas legislativas e administrativas representavam, sem dúvida, um progresso no tratamento da ‘questão social’, porque outorgavam benefícios até então inéditos aos trabalhadores a contrapartida implicava em maior controle da atividade política dos trabalhadores. De resto, esse resultado derivava de uma política consciente por parte do governo, que já antes do Estado Novo procurara disciplinar, unificando-o sob seu controle, o movimento sindical” GRIFO NOSSO.⁴⁷

É que no jogo político dos interesses do Estado Novo havia a inserção do conjunto das relações entre dois poderes estaduais, ou seja, os senhores urbanos e os senhores rurais. Relações que não geravam antagonismos, pois não era interesse das oligarquias rurais antagonizar com a elite industrial, ao contrário, unida a esta reafirmava seu domínio rural e garantia a canalização dos favores cedidos em forma de crédito e financiamento através do

⁴⁷ SOLA, Lourdes. Op. cit., p. 271-272.

sistema bancário para os grandes proprietários de terras, sendo a resultante dessa relação por solidariedade econômica entre esses dois poderes, a exploração e/ou expropriação do homem do campo, que compunham, particularmente os pequenos proprietários rurais e lavradores, personagens que foram ausentados no regime autoritário, que deu ênfase ao trabalhador urbano e, exclui o homem do campo dos direitos trabalhista e conseqüentemente da “Questão Social”. Todavia, esses direitos eram exclusivos para os trabalhadores da cidade, fossem eles operários ou não. O trabalhador rural permanece totalmente ausente do debate político, posto que era nele que ancorava-se a acumulação de capitais no campo que possibilitava os investimentos, via rede bancária, nas indústrias e por via de consequência, o desenvolvimento nacional.⁴⁸

⁴⁸ Ibid., p. 278.

3 - O ESTADO NOVO REDEMOCRATIZA PARA SAIR DA CENA POLÍTICA

3.1 – O Novo Regime e o Poder: uma relação sem partidos

Como verificamos, não podemos dissociar o Estado Novo dos acontecimentos produzidos na Revolução de 1930, já que o resultado do famoso “pronunciamento” de 10 de novembro de 1937 foi indicativo de como Vargas vinha preparando meticulosamente o golpe de 37. Retomamos esse entendimento para mostrar que foi aquele o desdobramento dos acontecimentos de 30, a roupagem que acobertou o Estado Novo ou Estado de fato, isto a partir da promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1935 sua base político-jurídica.

Outro elemento importante para o novo Estado nacional foi a necessidade de respaldo político-social que também seria um outro sustentáculo de manutenção do novo regime. Isto, mediante a duas questões políticas: uma interna e outra externa. A primeira deu o sentido de justiça social com a questão trabalhista, que teve concessões aparentemente benéficas, como esclarece Lincoln de Abreu:

*“O período ministerial de Marcondes Filho foi assinalado por um conjunto de iniciativas, tais como a Lei de Abono Familiar, programas de construção de vilas operárias e de recreação (...). Assim, em face da existência de inúmeras leis, houve necessidade de se proceder a uma consolidação, surgindo daí, a 1ª de maio de 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Nela estão reunidas as três peças fundamentais desta legislação, a saber: o direito do trabalho, o direito sindical e a justiça social”.*⁴⁹

A segunda tratava da questão do panorama internacional, na qual o governo brasileiro querendo ou não, estava envolto na situação de guerra. Entretanto, Vargas querendo tirar proveito do momento, foi inconstante, não sendo claro sobre qual lado o governo brasileiro apoiaria o Brasil naquele cenário conflitante, como explica Lincoln de Abreu: *“Até quando foi possível, a política externa do Estado Novo adotou a estratégia da barganha, a partir de uma política de equidistância em relação ao conflito entre as*

⁴⁹ PENA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*, p. 183.

grandes potências".⁵⁰ A princípio a política do governo Vargas tinha por objetivo tirar proveito da situação. E sua política não procurava apenas resolver questões jurídicas e formais, mas se interessava sobretudo pelos problemas econômicos e, especialmente, os sociais, que se materializava à proteção dos trabalhadores (urbanos),⁵¹ que o manteriam no poder, caso perdesse o apoio dos militares. Como a ênfase na unidade nacional voltava-se para a questão social, sustentáculo e base para manutenção do Estado Novo, foram expurgados desse projeto político oficial o sistema partidário. Para Getúlio Vargas: "*a verdadeira função dos partidos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidade coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não exercem os nossos agrupamentos partidários*".⁵² Pois a nação era resultante da unidade do povo e governo sem a intermediação dos políticos partidários, que se diziam representantes do povo. Vale ressaltar que alguns desses partidos políticos não antagonizaram o Governo no Estado Novo, muitas vezes até corroborando a decisão do Governo, em face da repressão policial à atividades partidárias, como interpreta Linconl de Abreu:

*"A impressão se estampava na nota pública do Partido Republicano Riograndense, redigida na casa de Borges de Medeiros: 'em consequência do Decreto (...) recomendamos aos nossos correligionários do PRR que se abstenham de qualquer manifestação de atividade partidária, até o advento da Lei Eleitoral, a que se refere o art. 3º do referido Decreto'. Na Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais e outros Estados, a Polícia fecha os partidos".*⁵³

Aceitaram, assim, a justificativa da inviabilidade partidária, concordando com a subtração das organizações partidárias do quadro político emergente. Daí, verificamos repulsa do novo regime a tais organizações pelo próprio legislador constitucional de 1937, que, diferente de seus antecessores, apoiava o Executivo na exclusão do modelo político até então vigente, fechando o Congresso Nacional e os

⁵⁰ Ibid., p. 192.

⁵¹ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*, p. 121.

⁵² VARGAS apud CARONE, Edgar. *Estado Novo (1937-1945)*, p. 20.

⁵³ Ibid., p. 174.

partidos políticos, pelo Decreto de 02 de dezembro daquele mesmo ano, que segundo o ditador Vargas foi em nome da paz social, como afirma Edgar Carone:

*“No preâmbulo, o decreto justifica o fechamento dos partidos políticos, pois a Constituição ‘teve em vista, além de outros objetivos, instituir um regime de paz social e de ação política construtiva’ e o sistema eleitoral, ‘inadequado às condições da vida nacional e baseado em artificiosas combinações de caráter jurídico formal, fomentava a proliferação de partidos, com o fim único e exclusivo de dar as candidaturas e cargos eletivos aparência de legitimidade’. Por isto, ‘data, todos os partidos políticos’”.*⁵⁴

Isso não significou dizer que o novo Estado nacional desprezava totalmente o antigo sistema político e suas práticas⁵⁵, o que criou um paradoxo em sua construção política. Assim, é importante dizer, que partidos políticos eram as arregimentações partidárias inscritas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais Regionais da Justiça Eleitoral. Os partidos existentes até então podiam continuar a existir como sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos. Aqueles que resistiram foram alijados do poder pelas mãos dos mecanismos de repressão e identificação de focos contrários à ideologia vigente, entrando em cena aparelhos de Estado, sobretudo, a Polícia de Felinto Müller, e o Departamento de Imprensa e propaganda (DIP).⁵⁶ Tanto a Polícia, como o DIP eram a base da garantia da ordem social do Estado Novo, com função ideológica e repressora, como esclarece Leôncio Basbaum:

“Era sua tarefa controlar toda a imprensa e determinar o que podia ou não ser publicado. Esse DIP funcionou cerca de sete anos até à famosa entrevista de José Américo ao Correio da Manhã, em abril de 1945. Não podiam ser publicadas notícias de greves ou prisões senão em notas previamente redigidas pelo

⁵⁴ CARONE. Op. cit., p. 173.

⁵⁵ Ibid., p. 173.

⁵⁶ LIMA, Maria Jaitma de. Imprensa e propaganda política no Rio Grande do Norte (1934-1945), In: CADERNO DE HISTÓRIA, jul/dez. 1996, jan/jun. 1997, p. 96.

*próprio DIP. Até mesmo simples informações de caráter policial sobre crimes comuns eram censuradas”.*⁵⁷

Esses mecanismos de sustentação tiveram como principal alvo o “perigo vermelho”, o grande subterfúgio estadonovista, que para eles era representado pela corrente comunista que tinha como organização política o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A sistemática perseguição aos comunistas e aos simpatizantes das forças aliadas culminaram na extinção do PCB como partido político no Estado Novo:

*“(…) não diminuiu o terror interno nem a vigilância policial contra o PC e todos aqueles que simpatizavam com a França ou a Inglaterra. Em maio de 1940, pouco antes do famoso discurso em que Getúlio Vargas declarava sua adesão ao nazismo, todo o Comitê Central do PCB havia sido preso, e muitos dos seus membros barbaramente espancados. Enquanto alguns intelectuais comunistas saudavam a nova era, o PCB se extinguia como partido, desaparecendo do cenário político pelo menos durante três anos – quando resurgiria para prestar a Getúlio apoio incondicional”.*⁵⁸

Percebemos o quanto foi efetiva a perseguição aos comunistas, embora posteriormente, se tornassem um dos principais colaboradores do governo autoritário no esforço de guerra dos aliados contra o Eixo.

A perseguição, particularmente, aos comunistas foi a principal justificativa para sustentar o regime autoritário, mas não o salvou de seu esfacelamento, pois o Estado Novo, enfim, sucumbiu às transformações e pressões internas e externas após a derrota do nazi-fascismo na guerra mundial. Sendo vencedores, os aliados passaram a representar a democracia. Isso provocou a ruptura na política oficial do Brasil, já que o ideário do Estado Novo era quem controlava todo o universo político, social e econômico.

⁵⁷ BASBAUM. Op. cit., p. 113.

⁵⁸ Ibid., p. 120.

3.2 – Redemocratização: e o povo brasileiro...onde fica?

Em uma visão mais geral, verificamos que a saturação do chamado novo Estado nacional estava intimamente ligada à derrocada dos regimes totalitários europeus com o fim do segundo conflito mundial, que segundo Antonio Augusto provocou uma certa abertura política no contexto brasileiro: “ *A concessão da anistia em abril de 1945, foi motivo de euforia para as forças políticas que se envolveram na sua concretização. Nesse dia, as ruas de São Paulo Rio e outras cidades, encheram-se de populares que deram vivas as nações que derrotaram o nazi-fascismo* ”.⁵⁹

O que representou para o Brasil a volta ou reconstrução de um novo quadro político que por sua vez exigia o suprimento de algumas deficiências, tais como, a volta de atores sociais banidos da cena política, como também, a reintegração das instituições aliadas de sua parte no bolo do poder , nesse fim de período autoritário, como diz Basbaum:

“Os próprios membros do governo, a começar pelos militares, começaram a compreender que era necessário mudar, que o Estado Novo já havia cumprido o seu papel histórico e era necessário substituí-lo, preferivelmente do modo pacífico, e se possível, enquanto era tempo, pelo próprio governo”.⁶⁰

Surgiu novamente o uso da máquina ideológica para sustentar outro aparente novo sistema político surgente para disseminar junto a população brasileira, que recebeu ao seu cotidiano, os pressupostos da democracia representativa, com a premissa de que o resgate do sentido liberal era necessário, especialmente, com o livre desenvolvimento do capitalismo e seus valores⁶¹.

O marco daquele novo quadro político foi o 29 de outubro de 1945, que traria a democracia para o Brasil, pois aquele novo momento pregava que o seu antecessor autoritário não deu espaço à democracia. O clima democrático tomou corpo logo na primeira metade da década de 40, mais precisamente em maio. O sentido de

⁵⁹ FARIA, Antonio Augusto. *Getúlio Vargas e sua época*, p.60.

⁶⁰ BASBAUM. Op. cit., p. 138.

⁶¹ Para melhor entendimento de Capitalismo, assunto, que não é nosso alvo de estudo, recomendamos ver CATANI, Afrânio M. Q. *O que é Capitalismo*, p. 81.

redemocratização acenava para todas as ações políticas dos Estados brasileiros que se concentravam nas eleições federais, governamentais, tanto para o legislativo, como para o executivo, como coloca Antonio Augusto:

*“No dia 28 de maio foi publicado o Decreto-Lei 7586, que estabelecia o novo Código Eleitoral. Sua mais importante decisão foi a fixação de eleições presidenciais e parlamentares para o dia 2 de dezembro e as eleições estaduais, governadores dos Estados e Assembléias legislativas, para o dia 6 de maio de 1946”.*⁶²

Esses eram os aspectos peculiares dessa redemocratização, que trazia também em seu conteúdo as eleições para câmaras legislativas, a existência de partidos, uma nova Constituição, a liberdade de imprensa e o direito de associação e manifestação. São esses os fundamentos próprios do modelo da Democracia Representativa que pairava na atmosfera brasileira no imediato pós-Segunda Guerra, segundo nos informa Basbaum: *“Aos poucos as palavras democracia e liberdade iam voltando ao vocabulário dos comícios políticos em prol da unistia e de regozijo pela vitória, que era também dos brasileiros”.*⁶³

Identificamos que vinha à tona a busca do estabelecimento da legitimidade do poder político representado no discurso dos atores da campanha de redemocratização, que pediam a ressuscitação dos partidos políticos, da imprensa, das associações de classes, dentre outros. Esse foi o discurso vencedor que passou a dinamizar as relações de poder, utilizando-se do modelo democrático representativo e de seus instrumentos formais, como bem esclarece Maria Celina: *“Partidos políticos foram criados, a censura acabava e o Congresso voltava a funcionar”.*⁶⁴ Era próprio do discurso político na atmosfera da redemocratização fazer com que esses mecanismos fossem reconhecidos para dar sustentação ao novo sistema político emergente.

Assim, esse sistema foi apresentado ao povo brasileiro como legítimo representante e substituto do sistema político anterior, engendrado no Estado Novo. A idéia era inculcar no povo brasileiro que a solução dos problemas deveria ser a

⁶² FARIA. Op. cit., p. 61.

⁶³ BASBAUM. Op. cit., p. 113.

⁶⁴ D'ARAÚJO. Op. cit., p. 32.

representatividade materializada nos grupos políticos. Isso tirava dessa população a participação direta nas decisões efetuadas, excluindo-a⁶⁵ do processo político e suas transformações. Isso não significa dizer que no Estado novo o povo brasileiro participasse das decisões políticas, mesmo que aquele sistema político tivesse a tradução teórica de que o Brasil era 'nação e povo' assessorados pelo chefe da nação sem o intermédio dos partidos políticos. Era também tempos de limitações democráticas. Era nessa lacuna que entrava a democracia representativa pregando a impossibilidade do povo brasileiro participar diretamente das decisões no processo político. Com isso justificava a necessidade de procuradores do povo organizados em partidos políticos e, apoiados numa legislação eleitoral, bem como, numa nova carta constitucional, reservando à população do país o direito ao voto.

Esse último aspecto tinha consigo, como tem até os nossos dias, uma carga ideológica fortíssima, na qual o cidadão assumia a responsabilidade pelos acertos e desacertos das decisões de seus representantes. É que no final de 1945 houve uma mobilização em torno da necessidade do retorno à democracia representativa e o direito do voto, ou seja, "*a hora da democracia havia soado, era necessário convocar novas eleições de acordo com o Ato Adicional da Constituição; a fim de que o povo pudesse escolher livremente os seus candidatos*".⁶⁶ O pedido da concretização do plebiscito para votar uma nova Constituição era o fechamento para a retomada da representatividade, a qual era reconhecida como o novo e, o que é novo é diferente, seria essa novidade o principal edificador nas transformações formais do sistema político brasileiro.

Essa foi a idéia de redemocratização, que implicou na acomodação de diferentes grupos políticos atuando no jogo político montando o sistema pluripartidário, sendo bem distinto do anterior sistema político no regime da autoridade total. Com isso, nascia um novo governo que começava em novas diretrizes políticas, que chegou aos novos tempos com horizontes limitados nessa abertura política, pois enquanto se desenrolava o trabalho da constituinte, houve censura à radiodifusão, suspensão de jornal, intervenções em sindicatos, repressão policial a manifestações de trabalhadores e invasão

⁶⁵ "*Não, o povo não tem, não terá nunca a capacidade de julgar acertadamente, pois ele se dirige pela paixão, pelo interesse, por quase todos os motivos contrários à razão. O povo não tem continuidade, perseverança e é incapaz de reflexão.*" GURGEL FILHO, Sebastião Fernandes. In: ENTRETEXTOS/UFRN: Pensamento Antidemocrático, p. 8.

⁶⁶ AMÉRICO, José apud BASBAUM. Op. cit., p. 132.

de dependências de partidos políticos, com diversas prisões, assemelhando-se em parte a uma volta aos tempos do Estado Novo.

Mais uma vez a democracia tão esperada e reivindicada voltava, mas com pressupostos que também marcavam as fronteiras das liberdades e, principalmente deixava para a população o berço da exclusão e a ilusão. Neste sentido, os seus representantes seriam a forma real de participação no novo sistema político que se avizinhava.

O ano de 1946 começou conturbado para o Brasil, especialmente porque soprava os ventos de redemocratização pregando as liberdades democráticas com fronteiras limitadas. Nesse contexto a população, em especial a urbana, promoveu manifestações como a greve dos trabalhadores, testemunhando o alvorecer do movimento social.⁶⁷

A reação do novo governo ao movimento social, foi contundente, recorreu a repressão policial, à propaganda do regime que passou a comandar o poder, aos discursos alarmistas para o perigo da fragmentação da ordem. Por isso, lançou mão de legislação poderosa (Decretos-lei) usada no Estado Novo, com objetivo de inibir e coibir as ações públicas indesejáveis.

Percebemos que houve o rompimento com o “antes autoritário” do Estado Novo, apenas em teoria, mas na prática tal ruptura se deu apenas em alguns aspectos, como a aceitação das organizações político-partidárias, em especial aquelas que apoiavam o novo projeto político do governo. Isso nos leva a crer que havia um certo conservadorismo do regime substituto em relação àquele estadonovista, mantendo tanto o corporativismo, como a edição de Decreto-leis como mecanismo de sustentação do poder.

A exemplo dessa prática, houve a publicação do Decreto-lei de março de 1946, que regulamentava o direito de greve, no qual havia a preservação da estrutura corporativista da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que dizia quais os setores podiam recorrer ao “direito de greve” e os subordinava à “disciplina do interesse coletivo”.⁶⁸

Outro mecanismo legal utilizado para sustentar o novo sistema político, foi a edição do Decreto-lei que regulamentava as eleições, definindo quem podia ser elegível ou inelegível, quem podia ou não ter o direito de voto. Isso dava um certo conforto ao

⁶⁷ Lista de jornais e publicações do movimento operário e social brasileiro (1880-1945).

⁶⁸ SKIDMORE. Op. cit., p. 69.



grupo político que apoiava o governo, no momento em que restringia a permanência no campo da cidadania dos grupos políticos que eram grande maioria no cenário eleitoral.⁶⁹

A figura de Dutra, antigo Ministro da Guerra durante o Estado Novo vestiu-se, neste processo de transformações políticas, econômicas e sociais, de um tema que já era conhecido do povo brasileiro – Ordem e Segurança – para garantir a Presidência do país no ambiente democrático. É importante dizermos que esses velhos *slogan* voltavam à cena política nacional, apoiados no ideário libertador dos grilhões estadonovistas, tais como: a unidade nacional, os valores cristãos, o amor à Pátria, o fiel cumprimento da lei e, especialmente antigo esteriótipo ao comunismo.

A afirmação do quadro político de 1946, em plena estação de redemocratização do país, se arrimou no discurso do General Eurico Gaspar Dutra, Presidente eleito, que ao assumir o cargo em 31 de janeiro de 1946, pede ao povo brasileiro apoio para a paz social e construção da unidade nacional.⁷⁰

Nesse contexto, de liberdades limitadas por ranços do Estado Novo, onde ficaria o povo brasileiro? A resposta a esta pergunta é também ligada à política democrática representativa do novo regime, ou seja, a liberdade ficou vinculada, particularmente, ao processo eleitoral, no qual os brasileiros teriam o momento em que poderiam se expressar, e tal expressividade era a vontade da nação, teriam num tempo efêmero o direito do voto, que diga-se de passagem, não era o direito de todos escolher os seus representantes, e estes na sua grande maioria representavam uma minoria, ou seja, as elites dominantes, que por sua vez eram o produto final desse processo.

3.3 – Os “novos” partidos políticos: supremacia dual

O retorno do sistema político-partidário foi um dos mais importantes acontecimentos para a abertura política que caminhava desde os idos de 1945 com a derrocada do Estado Novo e o afastamento do ditador. *“A saída de Vargas do poder em 1945, teve conseqüências profundas e imediatas para a política brasileira.(...) Os partidos políticos – os mais importantes veículos da democracia moderna – teriam que ser fundados e fortalecidos”*.⁷¹ As elites tinham permanecido no Estado Novo com

⁶⁹ D'ARAÚJO. Op. cit., p. 101.

⁷⁰ BONAVIDES. Op. cit., p. 220.1.

⁷¹ SKIDMORE. Op. cit., p. 79.

participação a favor do regime autoritário, que detinha nas mãos o poder político. O ano de 1946 brilhou para a democracia representativa, abrindo o sinal verde para a formação ou, melhor, reintegração das organizações partidárias e dos partidos políticos.

Os “novos” partidos políticos, na verdade, tinham raízes bem antigas, daí ser mais adequado assegurar que houve uma reintegração, já que a palavra formação dá idéia que eram novo e recém criados. Surgiram oficialmente desde o início de 1945, o Partido Trabalhista (PT), expressão do aumento demográfico urbano, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Progressista (PSP), este sob a tutela de Ademar de Barros, em São Paulo. O Rio Grande do Sul, sempre participativo do processo político do Brasil, teve como seu representante Artur Bernardes, que liderou a construção do Partido Libertador (PL).

O sistema partidário trazia na sua nova composição antigos atores políticos das hostes partidárias extintas com o Golpe de 1937 e o advento do Estado Novo. A redemocratização, que aparentemente iria trazer o “novo”, segundo Leôncio Basbaum, foi uma espécie de “marcha para trás”, pois alguns partidos tinham fortes elementos getulistas: *“O Partido Trabalhista reunia os elementos favoráveis a Getúlio e ao continuísmo, e sua política consistia em organizar e ligar-se às massas trabalhadoras, nas quais, se devia apoiar para a política de continuar no poder”*.⁷²

Pensar em formação partidária, é inferir associação de grupos diversos confinados a determinados interesses. No processo histórico do caso brasileiro, esses grupos, compostos das elites dominantes, quase sempre se dividiram em dois: os que apoiavam o governo em vigor, e os que se opunham a esse governo. Os demais, mesmo com interesses divergentes dos dois primeiro, se associavam direta ou indiretamente àqueles partidos majoritários. A UDN é um exemplo espetacular desse pensamento, que teve seus quadros compostos da velha elite oligárquica rural, opositora ao governo e, dos grupos aliados do poder durante o Estado Novo. Basbaum identifica as origens histórica da UDN:

“Mais curiosa é a história da formação da UDN,(...), nasceu em São Paulo de um grupos de intelectuais de esquerda que não havia aderido a Prestes e procurava formar a primeira fila das hostes

⁷² BASBAUM. Op. cit., p. 134.

*que lutavam na oposição. (...), era necessário acabar com Getúlio, com o Estado Novo e não deixar pedra sobre pedra".*⁷³

Não havendo unidade de interesses dos grupos internos da UDN, esta se fragmenta, e os dissidentes fundam o Partido Socialista(PS) formando a Esquerda Democrática. Seria a maneira de suavizar o esteriótipo e a conotação que fora dada a vertente comunista. Estes dissidentes eram aqueles indivíduos que pertenciam às velhas oligarquias rurais e haviam perdido sua hegemonia política desde a Revolução de 1930. Mas, ultrapassados como estavam, não arranhariam o poder dos dois partidos dominantes. A UDN continuou representando a maior oposição ao governo de Getúlio Vargas e, lançou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência do país, como registra Skidmore: *"Em meados de agosto, a UDN formalizou a sua campanha a favor de Eduardo Gomes, publicando uma plataforma a 17 de agosto. Até aí, haviam sido apresentados aos brasileiros dois candidatos"*.⁷⁴

O General Dutra era o outro candidato tinha sido lançado logo após a organização do Partido Social Democrático (PSD): ex-Ministro da Guerra do Estado Novo, General Eurico Gaspar Dutra, havia sido substituído naquele cargo por um dos organizadores do regime autoritário, General Gois Monteiro.

Como expomos antes, não existe oposição sem ter a que ou a quem se opor, o embate que marcava a arena política se deu entre o candidato do governo, o General Dutra, aspirante à manutenção do poder com as liberdades democráticas, e o udenista Eduardo Gomes, representante dos grupos à margem desse poder.

O Partido Social Democrático (PSD) foi o maior representante das forças getulistas nas eleições pós-ditadura do Estado Novo, apoiado por Getúlio Vargas, que havia construído o PSD com as forças políticas estaduais, base do poder central, durante o regime autoritário, através de interventorias para intermediar, controlar e fortalecer o poder nacional.

A supremacia de dois partidos majoritários – PSD e UDN – era a velha política com roupagem nova retornando ao cenário político brasileiro, enquanto os outros partidos não passavam de satélites no universo político da Democracia Representativa e, se

⁷³ Ibid., p. 135.

⁷⁴ SKIDMORE. Op. cit., p. 74.

algum desses satélites apresentasse perigo à conquista do poder, seria perseguido até ser excluído e ficar submerso na ilegalidade.

*“Os demais partidos não passavam, de momento, de expressões de política regional: O Partido Libertador do Rio Grande do Sul, o Partido Republicano de Minas Gerais, o Partido Social Progressista de São Paulo”.*⁷⁵

Fora da legalidade estava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que mesmo com todo o seu apoio incondicional ao governo vigente durante o segundo conflito mundial, sofreu perseguição com o novo governo durante a volta da democracia. Em 1945, com a URSS como um dos aliados e vencedores contra o Eixo, o PCB voltou do mundo obscuro da ilegalidade com a anistia decretada em abril daquele mesmo ano.

*“A ação comunista é intensa após a liberalização de 1945: jornais são fundados, a luta pela influência sindical se acentua, os comícios se ampliam. A vitória comunista nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte é significativa. Pela primeira vez, o PCB é um partido de massa e é legal (as legalidades de 1922 e 1927 são de pequena duração)”.*⁷⁶

Esse partido teve uma história singular em relação aos outros, pois estava quase sempre excluído da concorrência política-partidária brasileira e, à margem das liberdades democráticas. Por isso, foi sempre reconhecido por uma tradição de lutas no Brasil e, mesmo com a redemocratização, o PCB teve um breve intervalo de ação no contexto democrático.

Foi “bode espiatório” do ideário que sustentou o regime autoritário, tendo seus integrantes e admiradores, sofrido perseguições, prisões, exílio e morte, além de terem ficado conhecidos como a “ameaça vermelha”. Também foram os mesmos comunistas utilizados no discurso ideológico do poder para sustentar a “ordem e unidade nacional”. O discurso do governo democrático de Dutra excluía o Partido Comunista Brasileiro do projeto político que se dizia democrático. O PCB teria nesse governo da redemocratização

⁷⁵ BASBAUM. Op. cit., p. 136.

⁷⁶ SKIDMORE. Op. cit., p. 10.

um tratamento legal, mas de efeitos negativos: *"Na euforia da liberdade, da vitória e da legalidade, nem todos tiveram a cabeça fria necessária para verificar que precisamente aí, começava a ladeira pela qual o PCB começaria a rolar"*.⁷⁷

A repulsa ao PCB, no auge da redemocratização, deu-se nas eleições de 2 de dezembro de 1945, na qual seu candidato à presidência, Yedo Fiúza, surpreendeu a todos os outros partidos políticos com o expressivo número de votos, como também a representação no legislativo com a eleição de 14 deputados e 1 senador. Entretanto as eleições foram dominadas pelos partidos majoritário, particularmente o PSD que elegeu General Eurico Gaspar Dutra como novo presidente da República. Foi maravilhoso comemorar a vitória de Dutra para o comando do governo federal do país, efetivando a consolidação da legalidade e o exercício da Democracia no Brasil, mas por outro lado, significou a força da elite dominante que compunha o PSD, partido que passou a dominar a cena política, e que saíra vencedor na disputa político partidária de 1945.⁷⁸

Jamais poderia o PCB usufruir das benesses políticas dos dois maiores partidos. Quando Dutra assumiu a Presidência e conseqüentemente o comando do país, passou a perseguir o PCB, deixando transparecer o que realmente pensava do comunismo e, em março de 1946, passou a atacar abertamente o PCB. Comentava-se que caçaria os direitos partidários dos comunistas definitivamente. A crônica registrou a chacina do Largo da Carioca, onde a Polícia, chefiada por Pereira Lira, atirou nos militantes e admiradores do PCB em maio do mesmo ano, prenunciando o que estava por vir para os partidos de esquerda do Brasil.⁷⁹

⁷⁷ BASBAUM. Op. cit., p. 138.

⁷⁸ SKIDMORE. Op. cit., p. 90.

⁷⁹ Ibid., p. 93.

4 – O RIO GRANDE DO NORTE: ANTIDEMOCRÁTICO E/OU DEMOCRÁTICO

4.1 - A elite potiguar, o Estado Novo e o Poder: uma relação de partido.

*“O poder político emana do povo e é exercido em nome dele, e no interesse do seu bem-estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade.(...)O Brasil é um Estado Federal, constituído pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.*⁸⁰

Francisco Campos

O caso do Estado do Rio Grande do Norte em meio ao processo de transformações históricas no período estadonovista, especialmente, na política do país, não foi singular em relação a instauração do Estado Novo no Brasil. Na verdade, foi como a maioria dos Estados brasileiros que não obstaram os interesses do projeto político nacionalista de Getúlio Vargas. A ordem política do novo Estado nacional caracterizada por um regime centralizador, utilizando-se de uma ideologia que se sobrepunha aos interesses locais: *“Não se distinguindo mais entre interesses dos Estados, que estão todos incluídos no interesse do Brasil, os brasileiros perderam a sua naturalidade em benefício da sua nacionalidade e, em função de um Estado Universal”.*⁸¹

O Brasil estava absorto num tempo histórico em que a política, particularmente, a partidária teve grande involução, pois no Estado Novo, o povo brasileiro presenciou a quebra da sucessão por representantes partidários, tanto em nível nacional, como estadual. Entretanto, a maior parte dos Estados brasileiros continuaram a ser manobrados pelos grupos dominantes, que é evidente, seguiam os ditames do Governo Central.⁸²

Essa foi a nova estrutura ideológico-política que o Rio Grande do Norte seguiu, pois havia como os demais estados federativos brasileiros, perdido sua soberania rasgando suas bandeiras estaduais, isto se evidenciou no RN em documentos deixados para a posteridade, tal como: publicou à época um Boletim Geral da Força Pública Militar do

⁸⁰ BONAVIDES. Op. cit., p. 292.1.

⁸¹ FIGUEIREDO, Paulo Nunes Augusto de. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*, p. 65.

⁸² IGLÉSIAS. Op. cit., p. 246.

Rio Grande do Norte que tinha a transcrição da ordem do então Interventor do Estado, Rafael Fernandes Gurjão, determinando aos policiais que expurgassem de seus uniformes os símbolos que representavam o Estado, mediante este Decreto:



*“Decreto nº 346 – de 30 de novembro de 1937 – altera o plano de uniformes dos officiaes e praças da Força Pública Militar. – O Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Norte, usando de suas attribuições, tendo em vista o disposto na Constituição Federal e a representação do Commando da Força Pública Militar, feita por intermédio da Secretaria Geral, DECRETA: - Art. Único – E’ alterado o plano de uniforme dos officiaes e praças da Força Pública Militar na parte que manda usar o escudo do Estado nos gorros das praças e nos capacêtes dos officiaes, devendo quanto a este ser substituído o antigo escudo pelas armas da República; revogadas as disposições em contrário – Palácio do governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 30 de novembro de 1937, 49º da República. – (aa) RAPHAEL FERNANDES GURJÃO – Aldo Fernandes R. de Mello”.*⁸³

Isto expressa em parte a ideologia do poder pelo Estado Novo, que segundo este, a vasta massa social ainda subdivida em quase duas dezenas de núcleos estaduais, estava carente material e moralmente. Precisava da nacionalidade em sua formação jurídica que supunha subordinação e obediência à autoridade e a lei.⁸⁴

Quando falamos de núcleos estaduais, e em si tratando do RN, para compreender como funcionaram as práticas políticas e econômicas do Estado Novo no período varguista, devemos analisar como se articulava a disputa pelo controle do poder no Estado do RN. A política norte-rio-grandense tinha uma centralização política e administrativa nas mãos de um grupo dominante que controlava os instrumentos de acesso ao poder, as chamadas oligarquias, que mantinham os domínios do poder local, reservando para si a maioria dos eleitores locais, e utilizavam essa prerrogativa da democracia formal em sua relação com o governo central, mantendo a chamada troca de favores para a

⁸³ BOLETIM GERAL nº 269, 01 dez. 1937 – Força Pública Militar, p. 1006.

⁸⁴ FIGUEIREDO. Op. cit., p. 83.

manutenção do poder. De certo modo essa oligarquias estaduais hegemônicas mantiveram no Estado Novo as velhas práticas política em função de conveniências políticas do interesse do governo getulista e das oligarquias norte-rio-grandense:

"a permanência do fenômeno oligárquico é de nível político, segundo o qual os grupos permanecem no poder graça aos arranjos de interação entre os grupos locais e a cúpula federal. Estes arranjos, realizados em função de conveniências políticas, ou mesmo por laços de amizades pessoais, permitem e reforçam a posição de tais grupos, que cada vez mais se consolidam no poder".⁸⁵

A própria situação sócio-econômico do Estado RN, com tradição agrária e pecuária, além de fixar a maior parte da população no campo, facilitava a concentração fundiária em grupos familiares clânicos, que formavam sua própria tradição política no mandonismo local com abuso do poder no Estado, mantendo inalterado o modelo patriarcalista e coronelístico, que engendrava as articulações políticas entre o poder estadual e o federal, geralmente passando por cima dos interesses federais.

Nesse contexto político, a classe operária era politicamente insignificante no meio urbano, subordinado pelas oligarquias ao meio rural. A participação política da cidade ficava restrita a uma pequena classe média, constituída de pequenos comerciantes, profissionais liberais (advogados, médicos) e servidores públicos, estes últimos dependentes dos donos do poder para se manterem nos empregos, pois o maior empregador da época era o Estado.

"Diferente dos Estados mais centrais em termos urbanos, como: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, dentre outros. O RN tinha inexpressiva classe-operária, tendo com isso a sua dinâmica social voltada para o meio rural, o urbano fica subordinado à dominação oligárquica".⁸⁶

⁸⁵ MARIZ, Marlene da Silva. In: ENTRETEXTOS/UFRN: A circulação do poder no Rio Grande do Norte de 1945 a 1960, p. 19.

⁸⁶ Ibid., p. 20.

Dai é possível compreender, que o RN participava como um sócio minoritário do poder central no jogo político e, de forma camaleônica sua política se adaptou à situação política imposta pelo Estado Novo, que fechara o Congresso Nacional e os partidos, subjugou os Estados, tirando-lhes sua soberania federativa. O estudo dos grupos políticos do período estadonovista no RN são escassos, e tudo leva a crer que a oposição ficou num estágio de letargia, mais uma “acomodação política”⁸⁷, expressão utilizada por Aspásia Camargo, não se comprometendo com a política oficial do novo cenário político e esperando um futuro democrático para voltarem ao contexto político partidário.

Já a elite dominante, liderada por José Augusto Bezerra de Medeiros desde os anos 20, se retirou em 1937 da cena política, deixando o comando político para o interventor federal nomeado pelo governo federal do Estado Novo, Rafael Fernandes Gurjão, que segundo afirma João Machado: “*permaneceu mais seis anos, isto é, até 1943*”. Vale ressaltar, que eleito pela Assembléia Legislativa em 1935, Rafael Fernandes fazia parte do grupo da elite oligárquica de José Augusto pelo Partido Popular (PP), partido majoritário da época, deixando claro que mesmo com as transformações no sistema político brasileiro em 1937, sua relação com os grupos políticos dominantes aliados teoricamente do poder pelo Estado Novo ao extinguir os partidos políticos, continuaria harmoniosa.⁸⁸

Esse grupo dominante era apoiado pelo poder dos “coronéis”, mesmo com o novo quadro político brasileiro, e não podiam ser descartados, pois o compromisso já havia sido firmado desde a ascensão de seu representante ao poder estadual, em outubro de 1935. Era uma herança, antes até mesmo de 1930, ano em que se pensou ter existido o rompimento com as velhas oligarquias.

O que aconteceu é que mesmo com o desenvolvimento industrial e urbano trazendo novos modos de vida e de pensar, o Brasil continuou basicamente rural. Em um Estado como o RN, de características predominantemente rurais, onde as relações pessoais, os compromissos tradicionais, troca de favores persistiam, resistindo à mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais. As condições da conjuntura histórica podem viabilizar o processo irradiador de mudanças ou permanências, como assegura Aspásia Camargo:

⁸⁷ CAMARGO, Aspásia. *A Revolução de 30*, p. 37.

⁸⁸ LIMA, José Ayrton de. *A história das Campanhas populares no Rio Grande do Norte*, p. 60.

*“atribuímos à teia de relações pessoais, lealdade e compromissos (implícitos ou explícitos) que se criam entre o número reduzido das elites políticas e que lhes garantem, nos bastidores das instituições, formas de governos, a coesão necessária para a permanência, o controle e a continuidade no poder. Com isso, pretendemos acentuar que a substituição dos quadros políticos, dependendo da conjuntura histórica e da composição social, etária, regional do grupo – pode ser o foco irradiador de mudanças, senão revolucionárias, ao menos modernizantes no plano econômico, político ou social”.*⁸⁹

Foi se ajustando à estrutura ideológico-política do Estado Novo que os donos do poder norte-rio-grandense também fizeram repressão aos comunistas e perseguiram os integralistas, excluindo-os da arena política do Estado. Estes últimos de pensamento fascista e anti-comunistas eram compostos basicamente de membros da sociedade urbana, tais como, pequenos comerciantes, professores, estudantes, profissionais liberais, bancários e operários de formação religiosa: *“não havia burgueses, mas alguns ajudavam o movimento e os filhos eram plinianos”.*⁹⁰ Por assim dizer, foram os integralistas peças importantes para o apoio a Vargas na tomada do poder nacional e instauração do Estado Novo, mas Vargas apenas os usou e, os descartou fechando o seu partido, a Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1938.

Como aceitar a AIB, se não podia mais se falar em partidos políticos diante do novo sistema político brasileiro, já que havia nesse novo contexto um interesse único voltado para a glória da Pátria e o sistema partidário nocauteado tinha objetivo direcionado a um *“conjunto de relações dos diversos partidos entre si, constituído do corpo eleitoral e com os grupos de interesse”.*⁹¹

Nessa concepção antipartidária era evidente que a exclusão dos partidos políticos da oposição, e nisso o governo estadual já comungava com o governo federal desde 1935, quando o Partido Popular (PP) assume o controle do poder estadual. Utilizou-se da Lei de Segurança Nacional para perseguir os diversos grupos de oposição, esta

⁸⁹ Ibid., p. 16.

⁹⁰ CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Pequena história do integralismo no RN*, p. 19.

⁹¹ SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*, p. 43.

considerada como crime contra a Segurança Nacional. Adeptos de Mário Câmara, Café Filho e especialmente, filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus simpatizantes, como nos mostra José Spinelli:

*“o Levante de Baltazar Meireles foi transformado em ação ‘comunista’, julgada pelo Tribunal de Segurança Nacional. O ‘coronel’ Joaquim Saldanha foi desarmado pelo Chefe de Polícia, a quem entregou uma metralhadora, 30 fuzis e 2.300 cartuchos. Os sindicatos de trabalhadores da região salineira foram desbaratados pela ação repressora do governo”.*⁹²

Estava claro que o grupo da vez no jogo político foi um colaborador incondicional para a concretização do golpe de 1937. É importante dizer que, antes mesmo da instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, o RN entrou no clima da eleição presidencial marcada para o ano de 1938, prometida pela Constituição de 1934, eleição essa que tinha o candidato “oficial” do governo federal e outro da oposição paulista, apoiado pela oposição norte-rio-grandense liderada por Juvenal Lamartine e, como não deixaria de ser, Rafael Fernandes e José Augusto, na liderança do Estado, apoiavam José Américo de Almeida que por sua vez, parecia ser o candidato de Vargas.

Parecendo alheio a todo processo que antecede as eleições, Vargas, que se articulou com os militares, jogou com as duas frentes partidárias e assumiu o poder. Os efeitos no RN ocorreram de forma contundente, pois com o Estado Novo veio uma nova organização política, o que pôs à margem do jogo político do Estado grande parte da elite política que conduzira o Partido Popular ao poder, como também a oposição, que antes tinha com quem se antagonizar. Nomes como José Augusto, Juvenal Lamartine e Dinarte Mariz, dentre outros, foram descartados do novo quadro político.

Apesar da grande pretensão de Vargas com seu projeto político em acabar com as fronteiras políticas do Brasil, e mesmo com o apoio, principalmente do Exército, não pode efetivar tamanha indústria sem assessores que comandassem e o intermediasse junto aos Estados. Por isso deu continuidade a intervenção Federal nos Estados iniciadas em 1930, em especial nos Estados opositores, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

No RN, embora não sendo opositor a Vargas, sempre teve uma política efervescente, até mesmo pela estrutura coronelística e patriacalista instalada a muito e,

⁹² SPINELLI, José Antonio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, p. 205.

resistente às diversas vicissitudes ocorridas no país nos anos 30, em que tem-se a idéia de uma ruptura com as velhas oligarquias. Na verdade, existiu tal ruptura, mas não com as oligarquias estaduais, e sim com a confederação das oligarquias estaduais. Por isso que no RN, mesmo com a nomeação do Interventor Federal pelo Governo do Estado Novo, Rafael Fernandes, para governar sem interferências partidárias, já que como interventor dependia diretamente do Governo Central, as oligarquias continuaram a exercer certa influência em seu governo.⁹³

O Estado passou a ser uma versão menor do aparelho burocrático do novo Estado nacional, haja vista, este ter construído mecanismos de centralização política e administrativa para a “modernização” do aparelho estatal. Que em nível federal foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), que permitiam o controle, particularmente, dos grupos excluídos do poder, além das pessoas que exerciam cargos públicos (cargos, que à época, eram conseguidos por favores políticos encobertos pelo sistema de concurso públicos). Podemos perceber essa afirmação com Maria D’Araújo:

*“A centralização política e administrativa foi construída com base em vários instrumentos. Do ponto de vista administrativo e político, havia interventores e o Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp), responsável pela carreira dos funcionários públicos e que introduziu o sistema dos concurso públicos”.*⁹⁴

No campo estadual o DASP funcionava como um órgão assessor dos interventores nomeados por Vargas, como também, diversos outros órgãos, tais como o Departamento das Municipalidades, o Código de Contabilidade dos Municípios, Serviço de Rádio na Força Pública Militar, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social. O interessante é que nas

⁹³ Ibid., p. 211.

⁹⁴ D’ARAÚJO. Op. cit., p. 59.

unidades federadas foram criados Departamentos Administrativos que controlavam as atividades dos interventores.⁹⁵

E, assim, o Rio Grande do Norte entrou numa certa paz política e social nos primeiros anos do Estado Novo, fazendo uma relação de partido com o governo central que não gostava nada de partidos, mas precisava de aliados para manter-se na gestão do Brasil. A importância real do Rio Grande do Norte se deu na Segunda Guerra Mundial, quando o Governo Federal resolveu assumir o seu apoio ao governo norte-americano, pois o Estado era alvo de grande interesse dos Estados Unidos para atacar os países do Eixo, em especial pela rota aérea Natal-Dacar. Spinelli resume este momento significativo na História potiguar:

*“Durante a II Guerra Mundial, Natal, em virtude de sua posição estratégica, foi praticamente ocupada por tropas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e por forças norte-americanas que utilizavam a Base Aérea de Parnamirim (a 15 Km da capital) para atingir a África e a Europa. Entre 1943 e 1945, cerca de dez mil soldados norte-americanos estavam em Natal (afora os soldados brasileiros) – uma cidade que pelo censo de 1940 tinha uma população de aproximadamente 53.000 habitantes”.*⁹⁶

A presença de milhares de militares norte-americanos na base aérea de Parnamirim (RN) provocou mudanças nos hábitos e na vida da Capital potiguar. A presença de tropas estrangeiras, além das tropas brasileiras, favoreceu o crescimento comercial e de serviços, com aumento do fluxo de renda e diversificação na economia, principalmente, na pequena capital. No plano político, teve como desdobramento, uma oposição ao Interventor, Rafael Fernandes, liderada pelo General Gustavo de Farias que pretendia a Interventoria do Estado. O Governo Central cedeu as pressões dos militares, mas nomeou, em julho de 1943 para Interventor, o General Antonio Fernandes Dantas, em substituição a Rafael Fernandes, um norte-rio-grandense ex-Comandante da Polícia Militar do RN.⁹⁷

⁹⁵ SPINELLI. Op. cit., p. 207.

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ Ibid., p. 208.

4.2 – No caminho da Redemocratização: ressurreição dos partidos políticos no RN

Antes de entendermos o processo de redemocratização, retomamos à importância de alguns mecanismos e artifícios ideológicos construídos no Estado Novo que os deixou como legado à ascensão da Democracia Representativa. As interventorias nos Estados era parte da reformulação do Executivo efetivada por Vargas desde o período constitucionalista, pois nos Estados tratavam-se de bases de apoio para a permanência no controle do poder nacional, e no Rio Grande do Norte, foram das interventorias que vinham os políticos que as lideravam, fundando o Partido Social Democrático (PSD), tendo na sua liderança Georgino Avelino, Dioclécio Duarte e outros. Os que ficaram à margem desse partido transformaram-se em oposição, formando a União Democrática Nacional (UDN), tendo à frente José Augusto, Dinarte Mariz e Juvenal Lamartine.⁹⁸

A intervenção estatal, assim como outros instrumentos estadonovistas e até mesmo o sentido pejorativo do comunismo construídos no Estado Novo foram mantidos na redemocratização. O populismo, também exemplo do pensamento do período autoritário, assumiu sua versão estadual na pessoa de Café Filho, o qual não pertencia a nenhum grupo polarizador, passando a liderar o Partido Social Democrático (PSP), partido originado em São Paulo por Ademar de Barros.

Vargas, para chegar ao poder máximo do país, utilizou-se de artifícios para percorrer todo o caminho que o levou a consolidação de seus objetivos autoritários. Percebe-se isso, quando da reconciliação de Vargas com o Partido Popular (PP), em que o primeiro construiu o mito do “perigo comunista”, advindo do levante comunista de 1935, para apoiar seu objetivo de dominação total e, o segundo se aliou ao governo na perseguição e repressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), com objetivo de eliminar a oposição.⁹⁹

No Rio Grande do Norte essa oposição era feita por cafeístas, comunistas e partidários do ex-Interventor Mário Câmara (os maristas). No entanto, nesse jogo político, Vargas saiu vencedor, e retirou opositoristas e aliados, da cena política do país. De forma extraordinária, o Partido Popular (PP) e outros promotores do Regime Autoritário,

⁹⁸ Ibid., p. 71.

⁹⁹ SPINELLI, José Antônio. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas*, p. 345.

sacrificaram os seus valores, principalmente, a sua ideologia liberal-democrática em favor do fortalecimento da “autoridade” subordinando-se ao poder central.

Esses grupos político-partidários se calaram por anos, até o momento em que a gestão getuliana passou a se sufocar em suas contradições, pois enquanto era aliada, especialmente dos EUA, ferrenha adébito da Democracia na luta contra regimes autoritários europeus, insistia na continuidade do Regime Autoritário no Brasil, repressor das liberdades democráticas. Isto deixava o Estado Novo com seus dias contados e, com fim do segundo conflito internacional que se avizinhava, Vargas percebendo que seria inevitável a bancarrota do Novo Regime tentou ainda ele mesmo liderar o caminho da redemocratização, que teria que ser construído gradativamente, como nos esclarece Lincoln Penna:

“Em fins de 1944, o próprio Vargas reconhece esgotado o ciclo autoritário e apela para que o retorno à democracia se faça dentro da lei e da ordem, imaginando ser possível o Executivo presidir o processo de transição. Todavia, o ano de 1945 tornou irresistível a pressão popular. Logo em janeiro, no dia 26, intelectuais exigem a volta imediata da legalidade democrática, em manifestação pública, reclamando eleições livres e diretas”.¹⁰⁰

Entretanto, a redemocratização não se processou da maneira que o velho caudilho queria e o seu reinado de ditador chegou ao fim. Isto sendo bem claro no início de 1945, começava a vestir-se da esperada legalidade democrática por grupos políticos minoritários, mas os grupos dominantes que faziam parte elite brasileira, paradoxalmente, não pretendiam desvencilhar-se do forte aparelho de controle político-administrativo de Vargas.

“O sistema administrativo do Estado Novo permanecia, embora que provisoriamente, pois em meio a recomposição e articulação dos grupos políticos para organizarem os partidos, não havia a

¹⁰⁰ PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*, p. 195.

*preocupação de uma mudança brusca do legado administrativo getulista”.*¹⁰¹

O cenário político do RN revivia mais uma vez as instituições partidárias, que estavam adormecidas pelo longo período estadonovista, embora os seus integrantes sempre estivessem atentos ao processo político do país e agora tomavam a forma dos partidos nacionais, como a maior parte dos integrantes do antigo Partido Popular (PP), filiaram-se ao Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) que passaram a ser os partidos majoritários, tanto no universo federal, quanto no estadual, dando continuidade a dualidade partidária do período constitucional anterior ao Estado Novo.

“A exemplo dos demais Estados brasileiros e, do próprio poder central, no Rio Grande do Norte os partidos que se articularam com a redemocratização, tinham origem comuns nos partidos antes de trinta, ou seja, a polarização por dois grandes partidos”.

¹⁰²

Essas instituições partidárias chegavam à cena política do Estado com novas vestes, entretanto, com articulações partidárias voltadas às velhas práticas políticas, calcadas e camufladas na proibidade política. Esses partidos políticos emergiam à cena política com o mesmo clientelismo anterior ao Estado Novo, como instrumento principal para conquistar e se manter no comando do Estado. Estando tais grupos vinculados ao meio rural, ainda predominante no Rio Grande do Norte.

*“Ao ter início a redemocratização, após 8 anos de ditadura de Vargas, a situação política do Rio Grande do Norte toma configuração que em muito se assemelha à situação anterior. Os grupos, que até então estavam amorfos, se organizaram em função dos novos partidos criados pelo Decreto-Lei nº 7586”.*¹⁰³

¹⁰¹ MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo B., *História do Rio Grande do Norte Contemporâneo (1934 – 1990)*, p. 70.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Ibid., p. 20.

Portanto, era mister não substituir os grupos que já estavam no poder no pós-45, mesmo com a necessidade de reforma político-institucional, pois tanto no âmbito nacional, quanto no estadual quem estava à frente do poder era aquela mesma elite de outrora. Esse grupo que detinha nas mãos os instrumentos de acesso ao poder, não queriam mudança dos aparatos legados do Estado Novo, já que esses eram eficazes para manutenção do domínio político do Estado.

A elite sempre esteve intimamente ligada à estrutura dos chefes políticos a nível da municipalidade, ou seja, os grandes donos de terras que detinham um grande número de eleitores no chamado “curral eleitoral”, pois os chefes municipais sustentavam os grupos dominantes do Estado e, estes de posse do poder estadual, compensava a municipalidade com cargos eletivos e públicos.

O Rio Grande do Norte estava de volta às antigas formas de fazer e exercer política no Estado, de maneiras que sua maior identidade foi com o Governo Federal do então General Eurico Gaspar Dutra, que manteve parte do aparato administrativo-ideológico do Estado Novo, em especial, a ordem e unidade nacional que repudiava os comunistas. No Rio grande do Norte a perseguição aos comunistas e simpatizantes foi sistemática, mesmo depois do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha se reorganizado no final período autoritário, voltando a legalidade em maio de 1945.

Na terra potiguar o PCB, também teve uma história de luta e oposição ao governo e, participou efetivamente da Intentona Comunista em 1935, teve o registro do partido legalizado em 16 de novembro de 1945 pelo Tribunal Regional Eleitoral, tendo representação partidária, tanto a nível nacional, como estadual, apresentando candidato para o executivo e legislativo, isto para as eleições previstas para 02 de dezembro de 1945.

No âmbito nacional o PCB obteve uma votação expressiva, mas sem ameaçar os partidos majoritários, já no Estado transcendeu toda a máquina de manipulação do eleitorado a favor dos partidos dominantes, e o candidato à presidência obteve em Natal e em Mossoró a maioria do votos do eleitorado urbano, superando Eurico Gaspar Dutra do PSD e Eduardo gomes da UDN.

“O PSD e UDN, que contava com recursos para aliciar os eleitores, comprar votos, organizar comícios, etc. além do controle dos meios de comunicação (jornais e rádio) expressa sua inserção

*junto à classe trabalhadora, pelo menos nos centros urbanos mais importantes".*¹⁰⁴

Sendo o Rio Grande do Norte uma versão menor do governo federal, seguiu à risca as diretrizes emanadas por Dutra recompondo os partidos a partir das legendas nacionais, denotando com isso uma relação de partido com o Gestor Federal em um ambiente que trazia à tona a Democracia Representativa com características limitadas e excludentes, tanto dos comunistas, como, de boa parte da população brasileira, os não alfabetizados por exemplo. Sendo isto a expressão nas relações de poder que foram reafirmadas no Brasil e na maior parte dos estados, tal como RN.¹⁰⁵

Enfim, pareceu que o Brasil estava redemocratizado e com uma terceira Constituição (a Carta Constitucional de 18 set. 1946) editada e publicada, que foi promulgada, embora contaminada de alguns aspectos do Estado Novo.¹⁰⁶ A redemocratização caminhava em linhas limitadas, elitista e excludente. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi em início de 1947, diante da nova estrutura, lançado ao abismo da ilegalidade, este que foi tão falado na última campanha presidencial elegendo para o executivo e legislativo, sendo o pleito para governos estaduais a sua última naquele início de "redemocratização", como o caso do apoio a Ademar de Barros do Partido Social Progressista (PSP).

*"Nos Estados, a disputa mais importante era a do governo de São Paulo, cujo candidato menos categorizado, Ademar de Barros, ex-interventor do Estado e dono de um pequeno Partido, o PSP, mereceu o apoio dos comunistas sob a promessa - secreta - de oferecer aos mesmos, alguns cargos em seu secretariado, inclusive...a chefia de Polícia".*¹⁰⁷

¹⁰⁴ COSTA, Homero de Oliveira. *O partido Comunista no Rio Grande do Norte*. In: CADERNO DE HISTÓRIA, jan./jun. 1996, p. 54.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 58.

¹⁰⁶ BONAVIDES. *Op. cit.*, p. 222.

¹⁰⁷ BASBAUM. *Op. cit.*, p. 173.

No Rio Grande do Norte, em 1947, esse partido, por não ter parte no aparelho administrativo herdado do Estado Novo, ficou de certa forma à parte do processo eleitoral na campanha para o governo estadual. Então o Partido Comunista Brasileiro (PCB) provou, antes mesmo de presenciar o governo estadual assumir o poder, o gosto da clandestinidade, sendo a principal evidência do quanto os grupos dominantes são metamórficos para ascender e se manter no poder.

“Cancelamento do registro do PCB. Resolução nº 1.841, do TSE (7 maio 1947). O Tribunal Superior Eleitoral, por maioria de votos, resolve determinar o cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil. Assim decide atendendo aos motivos expostos nos três votos vencedores, que ficam fazendo parte integrante desta decisão. Tribunal Superior Eleitoral, 14 de maio de 1947. - F. Sá Filho. Diário da Justiça, 27 ago. 1947.” GRIFO NOSSO.¹⁰⁸

A máquina administrativa poderosa e aperfeiçoada pelo Estado Novo entrou em cena para confirmar no governo estadual o candidato da elite dominante. Eleição essa que teve como principais atores José Varela, candidato do PSD, e Floriano Cavalcante, candidato da oposição, pela UDN, saindo este último, como possível vencedor. No entanto, entrou em cena o poder de manipulação eleitoral espúria do grupo dominante, o PSD solicitou recontagem dos votos, conseguindo colocar José Varela à frente do poder político estadual, saindo vitorioso, este assumiu o governo do Estado no dia 31 de julho de 1947.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ LIMA, José Ayrton de. Op. cit., p. 62.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos abordar os aspectos políticos, administrativos sociais e ideológicos do Estado Novo, enfocando as práticas políticas desse regime autoritário, no sentido de tentar trazer à tona a sua herança ideológico-administrativa para a Redemocratização que trouxe aparentemente consigo as liberdades democráticas.

Liberdades materializadas na volta, especialmente, dos Partidos Políticos e o funcionamento do Congresso Nacional, dando uma conotação de extinção dos mecanismos e práticas políticas do Estado Novo. Foi o retorno a legalidade que levaria o país ao caminho da Democracia.

Entretanto, verificamos que as raízes do Estado Novo não foram ceifadas. A redemocratização trazia também antigos atores do Estado Novo, com suas práticas políticas excludentes e elitistas.

Percebemos essa afirmação, com a campanha eleitoral de 1945, início da redemocratização, em que dominavam a cena política do País os mesmos partidos políticos compostos pela elite dominante, ou seja, o PDS e a UDN, esta última representante dos antigos senhores rurais, grandes latifundiários, aquela da elite urbana apoiada pelo governo.

Continuaram fora do poder o PCB e os pequenos partidos, como PSP de Ademar de Barros, os primeiros, com a consolidação do PDS no poder e com a ascensão de Dutra ao Governo Central, foram perseguidos até caírem no mar da ilegalidade em 1947, e os segundos tolerados, pois não eram obstáculo para os partidos majoritários.

Decorridos mais seis décadas de sua ocorrência, o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, depois de introduzir na História política e institucional do Brasil uma nova forma política, com o governo estadonovista, pode este, ser melhor visto à luz da crítica e da análise histórica do quadro emocional daquele período marcado pela influência estadonovista, que se tornaram concretas e contaminaram até mesmo os acontecimentos do pós-45, o período de liberdades democráticas reconstruídas com a redemocratização.

A rigor, o Estado Novo não significou uma ruptura do processo inaugurado em 1934, aparentemente democrático. Já que o Estado Novo fora obra de metucioso engenho político construído por Vargas, apoiado pelos militares e parte elite com a revolução de 30 que fizera promessas de restaurar a legitimidade republicana.

Acreditando nessas promessas não fizeram resistência ao Golpe de 1937, ficando perplexos e silenciosos, pois já estavam aliciados e manipulados pela máquina de propaganda do ex-governo provisório. O governo ditatorial, empenhado em solidificar seu poder político-ideológico, fez cessar no país as liberdades democráticas.

Essas eram as liberdades públicas, cerceadas no Estado Novo, que na verdade, foi um interregno para a democracia representativa, sem o respiradouro do Congresso Nacional e da Imprensa, com o primeiro fora do cenário político, e o segundo controlado pelo governo federal. A Nação não dispôs de meios eficazes de expressão para promover resistência democrática ao Estado Novo, salvo nos subterrâneos da clandestinidade e da aliciação reprimida.

A redemocratização era vista pelo Estado Novo como o grande inimigo do período autoritário, mas pelas forças clandestinas como a esperança do fim da exclusão dos brasileiros mantidos à distância do processo político à mercê dos mandos e desmandos do governo ditatorial, principalmente com a manutenção das instituições parlamentares fechadas. Deste modo, o maior interesse da volta à democracia seria restaurar as instituições parlamentares fechadas e extintas pelo Estado Novo.

Dizer a última palavra sobre o Estado Novo e a importância do que significou seu aparelho ideológico-administrativo para a Redemocratização seria uma presunção, de uma vez que há sempre algo novo nesse objeto de estudo tão complexo e importante para compreender o período ditatorial e sua transição para uma democracia formal.

O Estado do rio Grande do Norte também acompanhou o poder central em todos os momentos, estando sempre numa relação de partido para manter as elites estaduais no poder, embora sem o peso político dos mais destacados estados nordestinos.

Quando da instauração do Estado Novo, pelo golpe de 1937, não houve resistência, assim como na maioria dos Estados. Os partidos políticos extintos ficaram amorfos e o Interventor Federal, um delegado do governo central, atuou sem maiores dificuldades e com o apoio dessa elite que não arriscaria a perda das conquistas passadas.

O governo do Estado Novo se desgastou em suas contradições internas e, principalmente, externas, diante da sua colaboração com os aliados, combatendo os regimes ditatoriais europeus, porém mantendo a ditadura no Brasil. Essas elites voltaram ao exercício do poder parecendo renovadas em suas práticas políticas, entretanto contraditórias ao manter parte do instrumental ideológico-administrativo empregado por

Vargas durante o Estado Novo: *“o legado de Vargas foi, especialmente, a máquina montada e esta sempre funcionou nas eleições – nossos políticos nunca hesitaram no seu uso em benefício próprio”*.¹¹⁰ Pois perceberam ser que tais mecanismos eram eficiente para conquistar e manter o poder do Estado.

Era a redemocratização feita, não pelo povo brasileiro, e sim, pelas elites urbanas e velhos oligarcas rurais, que voltaram à cena política com a mesma dualidade político-partidária das legendas nacionais, demonstrando habilidade para moldar as transformações, particularmente, políticas, com o objetivo de sustentar e manter o poder político do Estado.

Com o novo Governo Federal, essas forças reacionárias, mas com roupagem democrática, perseguiram os comunistas no Estado sob a justificativa que representavam um perigo para ordem e unidade estadual, até se verem livre do PCB, jogado à margem da legalidade pelo Governo Central.

Esses aspectos era a evidência do legado estadonovista para a redemocratização, que parecia despojada do Estado Novo, que fora extinto apenas como instituição. No entanto, os grupos políticos, muitos situacionistas, como o grupo dominante no Rio Grande do Norte, a exemplo do governo central, manteve a forte máquina do Estado Novo em benefício próprio para assegurar a supremacia dessa elite à frente do poder estadual.



¹¹⁰ IGLÉSIAS. Op. cit., p. 258.

6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

a) Fontes

Boletim Geral nº 269, 01 de dezembro de 1937 – Força Pública Militar.

LISTA DE JORNAIS E PUBLICAÇÕES DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SOCIAL BRASILEIRO (1880-1945). Recuperado em 19 de março de 2002. Disponível na Internet: <http://www.ceca.org.br/edgar/jornais/jornais.html>.

b) Bibliografia

BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996. Recuperado em 22 de março de 2002. Disponível na Internet: <http://www.cebela.org.br/txtpolit.html>.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 6.

CAMARGO, Aspásia. *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasileira: EDUNB, 1982.

CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura seu conteúdo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937 - 1945)*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

_____. *O Estado Novo (1937 - 1945)*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CATANI, Afrânio M. Q. *O que é Capitalismo*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Pequena história do integralismo no RN*. Natal: Clima, 1986.

CADERNO DE HISTÓRIA. Natal-RN: EDUFRN-UFRN, v. 3, n. 1, jan./jun. 1996.

_____. Natal-RN: EDUFRN-UFRN, v. 3/4; n. 1, jul/dez. 1996, jan/jun. 1997.

FARIA, Antonio Augusto. *Getúlio Vargas e sua época*. 5. ed. São Paulo: Global, 1988.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1993.

FIGUEIREDO, Paulo Nunes Augusto de. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1984.

GURGEL FILHO, Sebastião Fernandes. *Perspectiva Histórica: política – Economia – educação*. Natal: CCHLA/UFRN, 1986. (ENTRETEXTOS, 5).

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos - o breve século XX (1914 - 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano - Economia e Cultura*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1984. t. 3., v. 4.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil (1500 – 1964)*. São Paulo: Companhias das Letras, 1993.

LIMA, José Ayrton de. *A história das Campanhas populares no Rio Grande do Norte*. Natal-RN: Cooperativa dos Jornalistas de Natal, 1987.

MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte Contemporâneo (1934 – 1990): estado, evolução política, social e econômica*. Natal-RN: CDF, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: Consolidação e Crise de uma Elite Política*. Recife-PE: Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

SPINELLI, José Antonio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar:1930/35*. Natal-RN: EDUFRN-UFRN, 1996.

_____. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas:1930-35*, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UNICAMP.

